

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação

**“¿Giro a la derecha en Uruguay?”: investigando o discurso da direita uruguaia
nas eleições à Presidência em 2019**

Victória Antonia Gonçalves de Oliveira Salomão

Pelotas, 2023

Victória Antonia Gonçalves de Oliveira Salomão

**“¿Giro a la derecha en Uruguay?”: investigando o discurso da direita uruguaia
nas eleições à Presidência em 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política (área de concentração: Dinâmicas Políticas e Conflitos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Leivas

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S173l Salomão, Victória Antonia

“¿Giro a la derecha en uruguay?” : investigando o discurso da direita uruguaia nas eleições à presidência em 2019 / Victória Antonia Salomão ; Claudio Leivas, orientador. – Pelotas, 2023.

104 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Uruguai. 2. Direitas. 3. Teoria do discurso. 4. Eleições. 5. Política. I. Leivas, Claudio, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Victória Antonia Gonçalves de Oliveira Salomão

**“¿Giro a la derecha en Uruguay?”: investigando o discurso da direita uruguaia
nas eleições à Presidência em 2019**

Data da Defesa: 08/05/2023

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Leivas (Orientador)
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Daniel de Mendonça
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS)

Prof. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro
Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Dedico este trabalho à memória do meu bisavô Maximino Penna Rey, que chegou à América Latina pelo Uruguai, onde viveu anos e apaixonou-se pelo país. Maximino passou seu carinho pelas paisagens e cultura uruguaias por gerações, até chegar a mim.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a meu pai, Farydo Salomão Júnior (*in memoriam*), por ter me ensinado o poder do amor e do afeto para sobreviver aos percalços do mundo. A ele, eu dedico as próximas páginas, porque meu pai sempre acreditou e investiu em todos os meus sonhos, bem como compartilhou comigo a paixão que tinha pelo Uruguai, que é o que hoje me traz aqui.

Vítima do projeto anticiência fomentado no Brasil (2018-2022), infelizmente não está mais entre nós. Porém, sua vida de persistência, os conselhos que me deu e minhas memórias de suas palavras positivas de incentivo sobre o mestrado estiveram comigo da primeira à última página do presente trabalho.

Em segundo lugar, agradeço a minha mãe, base da minha vida, que não hesita em me apoiar e que também acreditou nessa pesquisa mais do que eu mesma. Obrigada, mãe, por tudo. Esse trabalho também é para ti.

Aos demais familiares, sempre amorosos e presentes, apesar das distâncias. Aos meus amigos, que nesses últimos anos difíceis entenderam minhas ausências e sempre estiveram a postos para me ouvir e aconselhar. Muito obrigada, Lucas Bettin, Gustavo Rosa e Bruno Floriano, por me ouvirem falar sobre a pesquisa e me incentivarem a continuar.

Agradeço também às pessoas especiais, trabalhadoras e trabalhadores de todas as regiões brasileiras, que conheci em minhas viagens infinitas a trabalho. Por muito tempo estive nervosa e ansiosa, com essas empreitadas que me deslocavam do sonho acadêmico, mas conhecer histórias lindas, da gente do nosso país, preenchia-me de propósito e de felicidade.

Por fim, mas não menos importante, expresso a minha imensa gratidão às políticas de investimento na Educação Pública, com ênfase às que abarcam a instituição Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Meu obrigada a todos os professores e colegas, que comigo compartilharam seus conhecimentos, principalmente a meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Leivas, por tudo, e ao Prof. Dr.

Carlos Artur Gallo, pelas palavras de incentivo em todos esses anos e, mesmo antes, com sua sabedoria e simpatia.

Com gratidão, perseverança, força e, principalmente, através do privilégio de cruzar com pessoas tão zelosas, sensíveis e positivas, pretendo contribuir cada vez mais à construção do conhecimento sobre a América do Sul.

“Ainda não mergulhei em todos os mares deste mundo, que dizem que são sete, nem em todos os rios do Paraíso, que dizem que são quatro. Em Montevideú, existe um menino que explica: — Eu não quero morrer nunca, porque quero brincar sempre”. (Eduardo Galeano)

Resumo

SALOMÃO, Victória Antonia. “¿Giro a la derecha en Uruguay?”: investigando o discurso da direita uruguaia nas eleições à Presidência em 2019. 2023. n de folhas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente dissertação é uma investigação sobre a trajetória dos partidos de direita do Uruguai, nas eleições presidenciais de 2019, com a finalidade de responder se houve ou não a formação de uma nova direita no país, naquele contexto que deu fim aos 15 anos e governo de um partido de esquerda (Frente Ampla). Tal pesquisa foi feita com uma metodologia essencialmente qualitativa, pautada na análise de conteúdo dos planos de governos dos partidos Nacional, Colorado e Cabildo Abierto, uma vez que obtiveram, respectivamente, os maiores números de votos da direita, e o documento de propostas da Coalizão Multicolor, que formaram para o segundo turno. Para contextualizar o material dos documentos, foi elaborada ainda uma investigação histórica e documental sobre a trajetória de seus candidatos e de sua formação partidária. Além disso, em um primeiro momento, elaborou-se uma contextualização a respeito dos conceitos na Ciência Política da crise democrática, das novas direitas que com ela surgem, em diferentes partes do mundo, e dos índices socioeconômicos do Uruguai à época das eleições. O segundo momento da pesquisa dedicou-se ainda, além da trajetória dos partidos, à trajetória política do Uruguai, às características de seus sistemas eleitorais e partidários e aos elementos de sua estabilidade democrática, que o destaca na região. Esses elementos foram analisados pelo marco teórico da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantall Mouffe, pós-estruturalista e foca em análise de cenários sociais a partir da articulação de diferentes discursos. Os resultados finais apontaram que não houve uma nova direita uruguaia, senão a disputa entre os mesmos blocos ideológicos: centro-esquerda e centro-direita. Os partidos de direita articularam-se sob o discurso hegemônico da continuação de políticas sociais, da defesa dos Direitos Humanos e da privatização de estatais, refletindo a forte tendência histórica uruguaia de estabilidade democrática.

Palavras-chave: Uruguai; Direitas; Teoria do discurso; Eleições; Política; Conflito.

Abstract

SALOMÃO, Victória Antonia. “¿Giro a la derecha en Uruguay?”: investigando o discurso da direita uruguaia nas eleições à Presidência em 2019. 2023. n de folhas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

This thesis is an investigation into the trajectory of right-wing parties in Uruguay, in the 2019 presidential elections, with the purpose of answering whether or not there was the formation of a new right in the country, in that context that ended the 15 years and government of a left-wing party (Frente Ampla). Such research was carried out with an essentially qualitative methodology, based on the content analysis of the government plans of the National, Colorado and Cabildo Abierto parties, since they obtained, respectively, the highest numbers of votes from the right, and the proposal document of the Coalition Multicolor, who formed for the second round. In order to contextualize the material in the documents, a historical and documentary investigation was also carried out on the trajectory of its candidates and their party formation. In addition, at first, a contextualization was elaborated regarding the concepts in Political Science of the democratic crisis, the new rights that arise with it, in different parts of the world, and the socioeconomic indexes of Uruguay at the time of the elections. The second moment of the research was also dedicated, in addition to the trajectory of the parties, to the political trajectory of Uruguay, to the characteristics of its electoral and party systems and to the elements of its democratic stability, which makes it stand out in the region. These elements were analyzed by the theoretical framework of Discourse Theory by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, post-structuralist and focuses on the analysis of social scenarios from the articulation of different discourses. The final results showed that there was not a new Uruguayan right, but the dispute between the same ideological blocks: center-left and center-right. The right-wing parties articulated under the hegemonic discourse of the continuation of social policies, the defense of Human Rights and the privatization of state-owned companies, reflecting the strong historical tendency of Uruguayan democratic stability.

Keywords: Uruguay; Right-wing parties; Discourse Theory; Elections; Politics, Conflict

Lista de Figuras

Gráfico 1 A trajetória eleitoral de Jair Bolsonaro no sistema partidário brasileiro.....	36
Figura 1 - Dinâmicas discursivas evidenciadas pela teoria do discurso....	82
Figura 2 Os elementos discursivos da direita na corrida à Presidência, em 2019.....	88

Lista de Abreviaturas e Siglas

CA	Cabildo Abierto
EUA	Estados Unidos
FA	Frente Ampla
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Partido Colorado
PG	Partido de la Gente
PI	Partido Independiente
PN	Partido Nacional
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução.....	14
1 O cenário: os rumos da política em 2019.....	18
1.1 O contexto global.....	19
1.2 As novas direitas.....	27
1.3 O contexto uruguaio.....	35
2 A trajetória eleitoral dos partidos da coalizão de centro-direita.....	42
2.1 O Sistema Eleitoral do Uruguai e os resultados de 2019.....	43
2.2 A campanha dos Blancos.....	49
2.3 O Partido Colorado em 2019.....	56
2.4 O jovem Cabildo Abierto na corrida eleitoral.....	65
2.5 Segundo turno: a coalizão Multicolor.....	70
3 Existiu um discurso de uma nova direita?.....	78
3.1 O marco teórico: a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe.....	80
3.1.1 Pontos Nodais.....	85
3.1.2 Antagonismo.....	85
3.1.3 Hegemonia.....	89
3.2 Análise.....	90
4 Considerações Finais.....	94
Referências.....	97

1 Introdução

No dia 28 de novembro de 2019, os cidadãos da República Oriental do Uruguai tinham a confirmação do resultado da corrida presidencial: era o fim de 15 anos ininterruptos de poder de um governo de esquerda, da Frente Ampla (FA). E, além disso, com a vitória de Lacalle Pou, o retorno ao poder do Partido Nacional (PN), um dos partidos mais tradicionais do país, que exerce papel importante na vida política do Uruguai desde sua formação enquanto Estado.

A mídia internacional alarmava os leitores e telespectadores sobre um sinal de uma possível “onda azul”, em oposição à “onda rosa” do início dos anos 2000, quando partidos de esquerda subiram ao poder de diversos países na América Latina. A coluna do escritor e doutor em Sociologia, Jorge Galindo, no El País, foi um exemplo disso.

Respeitado analista político, principalmente do cenário sul-americano, entre outubro e novembro Galindo destacou que a vitória da Coalizão Multicolor representaria o reflexo no Uruguai de uma onda de vitórias das Direitas na região latina, a exemplo da Argentina, com a eleição de Mauricio Macri em 2015, do Chile, que elegera o bilionário Sebastián Piñera em 2017 e do Brasil, com a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas em 2018. O jornal português Público, com circulação desde 1990, também anunciava o resultado do segundo turno uruguaio falando sobre um “giro à direita”.

Na produção acadêmica, essa perspectiva também foi defendida, entre outros, em um artigo produzido em julho de 2019, por professores universitários uruguaios, sendo eles: o doutor em História Gerardo Caetano; a doutora em Ciência Política Lucía Selios e o então doutorando em Ciência Política Ernesto Nieto. Sob o título *Descontentamentos e “Cisnes Negros”: as eleições no Uruguai em 2019*, o trabalho dos autores associam o resultado das eleições à crise de representatividade, inerente à crise da democracia liberal, e compara a movimentos de vitória de partidos de direita, principalmente na América Latina, como Galindo.

Para os autores, os cisnes negros da corrida presidencial, nas eleições gerais, foram o ingresso meteórico do partido Cabildo Abierto (CA), fundado meses antes das eleições, com uma agenda de valores conservadores e Guido Manini Ríos como

candidato, sendo ele um militar polêmico por ferir os Direitos Humanos em seus pronunciamentos, e a candidatura do empresário Edgardo Novick, do Partido de la Gente (PG), que para os autores aproxima-se do perfil das novas direitas contemporâneas. Para os estudiosos, esses foram sinais da crise refletida no Uruguai, por representarem ameaças ao estável sistema político do país.

Entretanto, a vantagem de menos do que 2 pontos de Lacalle Pou sobre Daniel Martínez, candidato da FA, mesmo com a Coalizão Multicolor, que foi a soma de forças do Partido Nacional com outros quatro partidos, sugere que não é tão simples assim explicar o cenário do Uruguai. Se uma nova onda de direita, que tende ao extremismo, à perseguição de agenda de direitos sociais e inclusão e à divisão de poderes, chegou ao Uruguai, de fato, por que a vitória sobre o partido de esquerda foi tão apertada?

Será que as eleições de 2019, de fato, foram resultado do mal-estar dos cidadãos com o sistema, ou só uma busca por novas respostas aos problemas sociais, como Segurança Pública?

Com a finalidade de apresentar uma análise que responda a essas perguntas, ao esmiuçar o fenômeno das eleições de 2019 do Uruguai, o presente trabalho inclui-se na ótica pós-estruturalista da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, para responder o seguinte problema de pesquisa – pergunta norteadora da dissertação: houve um discurso de uma nova direita no Uruguai, nas eleições de 2019?

Além disso, a pesquisa tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os processos políticos, envolvendo contextos eleitorais, em sua complexidade, dinâmicas, continuidades e descontinuidades. A teoria escolhida incorpora conceitos de diferentes áreas, como da filosofia em Martin Heidegger, Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida e Michel Foucault, da linguística em Ferdinand de Saussure e da psicanálise, com base em Jacques Lacan.

A partir dela, Laclau e Mouffe buscaram estabelecer formas de compreensão ampla do social, partindo do entendimento de que o social nunca é um conceito fechado, senão uma construção contingente e precária, com base em articulações discursivas (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Discurso, portanto, na teoria, não é um conjunto de palavras que resultam na fala de um determinado sujeito, mas também engloba as ações, as práticas, possuindo uma natureza material. Para os autores, inclusive, o linguístico não pode ser visto separado do social (FREITAS, 2019, p.3).

Em suma, o discurso é o que constitui as relações sociais, e ele se forma por uma relação entre palavras e ações e ganha existência quando há articulação de sentidos diferentes e, até então, dispersos na sociedade. Essas práticas articulatórias buscam construir pontos nodais, os quais fixam parcialmente sentidos.

Deste modo, a relevância de se analisar o discurso se dá pela possibilidade de se compreender qual o sentido de determinada ação ou acontecimento, aqui, especificamente, a vitória da Coalizão Multicolor nas eleições de 2019 no Uruguai e conseguinte derrota de um projeto político de esquerda que ocupava o poder há 15 anos.

O objetivo geral da pesquisa é investigar se existiu uma nova direita no Uruguai, nas eleições presidenciais de 2019. Para atingir objetivo geral, estabeleceram-se cinco objetivos específicos:

- Investigar a trajetória dos partidos da Coalizão Multicolor no processo eleitoral;
- Procurar os elementos discursivos da oposição à Frente Ampla, o partido de esquerda que ocupava o poder, nas eleições;
- Buscar os pontos nodais que aglutinaram os elementos de cada partido e nos quais se formou uma coalizão;
- Verificar as principais relações de equivalência entre os cinco partidos da coalizão; antagonismos presentes nos discursos de cada uma
- Verificar quais são as principais relações de diferença entre os cinco partidos da coalizão.

Para traçar os sentidos existentes nas eleições presidenciais, será apresentada uma pesquisa qualitativa, com base na análise de conteúdo dos programas de governos dos partidos que estiveram na oposição da Frente Ampla, e uma análise bibliográfica sobre a trajetória dos três partidos políticos de maior expressão eleitoral da Coalizão Multicolor (PN, PC e CA) e de seus candidatos. Nessa etapa, a análise de conteúdo utiliza-se das técnicas postuladas por Laurence Bardin, em 1977, segundo as quais há, primeiramente, uma investigação sobre a validade e valor dos objetos a serem analisados para o que se busca, seguido de exploração do material e tratamento dos resultados, com análises e interpretações do que os dados exprimem.

A fim de investigar seus elementos discursivos e depreender se houve ou não uma articulação discursiva de uma nova direita no Uruguai, o primeiro capítulo levará

o título de **O cenário: os rumos da política em 2019** e integrará a descrição de cenários com contribuições teóricas sobre democracia. Nessa seção, o debate conceitual debruçar-se-á sobre a situação atual da democracia global, bem como a tendência de crise de representatividade – que Castells destaca como crise da democracia liberal, que corrobora uma crise identitária da população.

Bem como uma exposição dos elementos particulares do cenário uruguaio, com pesquisas sobre a confiança política da população dos anos 2000 para cá e seus índices sociais e econômicos às vésperas da corrida eleitoral e uma categorização das características da onda de novas direitas, conforme autores da Sociologia e da Ciência Política, como Slavoj Žižek (2011), Wardle (2017), Jason Stanley (2018) e Yascha Mounk (2019), que servirá de base para o terceiro capítulo, de análise do que foi coletado e avaliado no segundo capítulo.

No segundo capítulo, que levará o título de **A trajetória eleitoral dos partidos da coalizão de centro-direita**, serão apresentadas as particularidades do Sistema Eleitoral Uruguaio e a mencionada análise de conteúdo dos resultados das eleições de 2019. O foco serão programas de governo do PN, PC e CA e do documento de propostas da Coalizão Multicolor, apresentado na campanha ao segundo turno.

O terceiro capítulo, **Existiu um discurso de uma nova direita?**, por sua vez, trará os principais conceitos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e, a partir disso, será o momento de investigação dos elementos discursivos da coalizão, enquanto oposição à Frente Ampla. Também serão exploradas as categorizações realizadas a partir das características das novas direitas, levantadas no capítulo 2.

Capítulo 1- O cenário: os rumos da política em 2019

Considerar os fatos e elementos do Uruguai em 2019, em que se inserem as mais recentes eleições presidenciais do país, inclui considerar o contexto político mundial do recorte temporal estabelecido. Afinal, como destacou o historiador francês Marc Bloch (1949/2001), o tempo é o plasma que envolve os fenômenos como lugar de sua inteligibilidade, isto é, apenas o contexto é capaz de auxiliar a compreensão de acontecimentos (original publicado em 1949).

Ademais, há um emaranhamento¹ entre as políticas interna e externa, na medida em que ambas se constituem mutuamente, por influência das relações internacionais nas dinâmicas políticas de um país (PUTNAM, 1988, p. 428). E, em 2019, qual era o contexto político mundial, com potencial de influência em diferentes países?

O presente capítulo propõe-se a responder essa pergunta, através de uma exposição de diferentes fatos e elementos que perpassaram os regimes democráticos, principalmente após 2010, ao redor do mundo.

Um dos principais traços da contemporaneidade que o questionamento é a crise da democracia liberal, embasada por diferentes trabalhos publicados na literatura das Ciências Humanas dedicadas ao político, como Sociologia e Ciência Política. Sobre a definição da democracia liberal, cabe associá-la à queda do muro de Berlim e ao colapso do principal modelo alternativo à democracia praticada nos países do Ocidente, isto é, da União Soviética (MIGUEL, 2021).

O sistema político está também diretamente atrelado ao econômico na medida em que, conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é uma racionalidade que influencia todas as esferas sociais, inclusive as relações humanas. E a hegemonia dessa racionalidade deu-se através de sua face econômica, através da força de suas ideias e do enfraquecimento da esquerda e de qualquer doutrina que se impusesse contra o capitalismo. Sobretudo, por causa de críticas recorrentes que haviam sobre o Estado, baseadas nas críticas antigas do liberalismo, desde Hayek e Von Mises.

Com esse processo, o Sistema Internacional entrou em consenso sobre o modelo de democracia envolvendo as instituições básicas do regime liberal-

¹ O termo original em inglês, postulado por Robert D. Putman na obra *Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games*, é "entanglement" e "emaranhamento" é a tradução livre para o português.

democrático, como competição eleitoral multipartidária, sufrágio universal, divisão de poderes, direitos de cidadania e liberdades individuais. Entretanto, a crise da representação diagnosticada no final do século XX transmutou-se na crise da democracia do início do século XXI, sendo ambas relacionadas à perda de credibilidade da ideia de soberania popular (MIGUEL, 2021, p. 9).

O presente capítulo analisará, em sua primeira subdivisão, o contexto global, dos elementos predominantes da mencionada crise. No segundo tópico, será feita uma investigação de uma possível onda de novas direitas em diferentes países, com elementos comuns entre elas e características intrínsecas ao contexto global.

Por fim, será analisado o contexto uruguaio nas primeiras décadas dos anos 2000, como as pesquisas de opinião pública sobre a confiança da população em suas lideranças e instituições e os índices sociais e econômicos. Com o último tópico, o objetivo é elucidar o cenário do país antes de adentrar ao levantamento descritivo e analítico dos próximos capítulos.

1.1 O contexto global

O sociólogo e professor espanhol Manuel Castells, em *Ruptura: a crise da democracia liberal*, de 2018, parte de alguns fatos do contexto pós-primeira década do século XXI que corroboram o que classifica como a ruptura da relação entre governantes e governados. E acrescenta que

A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. Trata-se de um colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que havia se consolidado nos últimos dois séculos (CASTELLS, 2018, p.7-8).

Entre os exemplos elencados por Castells, estão a eleição de Donald Trump em 2016, a vitória dos favoráveis à saída do Reino Unido da União Europeia² no referendo no mesmo ano e o desprestígio dos partidos tradicionais na França, com a força da candidata de extrema direita Marine Le Pen e a vitória de Macron em 2017, que define como “uma personalidade com escassa experiência política” (p.75). Além disso, o autor volta os olhos à alternância de poder na Espanha, entre o Partido Popular e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em que uma aparente paz

² Em seu livro, o autor cunha o termo Brexit, como ficou denominada popularmente o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia, a expressão tem origem na língua inglesa, a partir da junção das palavras *British* e *exit*, respectivamente britânico (a) e saída, em português.

escondeu conflitos que culminaram no movimento de 2011, que acabou sendo conhecido como 15 de maio (15M).

O 15M foi composto por protestos pacíficos que reivindicavam mudanças sociais e políticas em toda a sociedade espanhola, como aconteceu em outros países na mesma época, como as Manifestações de Junho, em 2013, no Brasil. Os “indignados”, como se autodenominou o movimento espanhol, defenderam uma organização de assembleias deliberativas. Apartado dos sindicatos e movimentos sociais, o 15M reuniu “os indignados” a ponto de a mobilização originar os partidos *Podemos* e *X*.

O último é o resultado da união de ativistas que buscavam uma representação fiel aos seus ideais do movimento. No entanto, esse partido não conseguiu se consolidar como o *Podemos*, cujo crescimento foi

um caso único na história recente europeia: esta é uma observação empírica, não um juízo valorativo. Em janeiro de 2015, apenas um ano depois de sua criação, as pesquisas do CIS o situavam em primeiro lugar nas preferências da intenção direta de voto (ou seja, o que os cidadãos expressavam antes que os analistas elaborem os dados). Foi então que se alastrou o pânico no *establishment* da direita e da esquerda (CASTELLS, 2018, p.119- 120).

Os fatos mencionados representam, pois, a crise da democracia liberal, que conforme Castells foi desencadeada, principalmente, pela crise financeira que eclodiu nos Estados Unidos em 2008 e se potencializou como crise econômica e de desemprego. Sua gênese está associada à estagnação de renda financeira das famílias norte-americanas, que se desenhava desde a década de 1980, à inflação e ao aumento da taxa de juros, a partir de 2004. Esse conjunto fez com que as famílias não conseguissem mais crédito no banco, nem honrassem as dívidas já contraídas com hipotecas.

Com o aumento da inadimplência e a bolha do setor imobiliário, instituições de crédito que concediam as hipotecas de alto risco começaram a quebrar e isso impactou vários bancos maiores envolvidos nas operações, como o banco de investimentos Lehman Brothers, fundado em 1850. Dessa forma, a crise passou a ser generalizada no sistema financeiro, com consequências em países ao redor do mundo, pois investidores de toda parte resgataram suas aplicações em bolsas financeiras, diminuindo a liquidez no mercado.

Na Europa, a crise intensificou-se em 2011, principalmente nas nações dependentes do turismo, como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, e também na Itália, apesar de o país contar com um maior nível de industrialização. As principais

consequências ao continente europeu foram altas taxas de desemprego e medidas de austeridade de governos, mesmo de países historicamente reconhecidos por sólidas medidas de Estado de Bem-estar Social³.

E o quadro acarretou a crise da legitimidade da representação política, intrínseca à democracia liberal, porque representou a crise do capitalismo financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais (CASTELLS, 2018, p. 20).

Dessa forma, grande parte da população mundial passou a desconfiar da política, dos políticos e do sistema, como um todo, e encontrou refúgio, na situação em que se encontravam de desemprego e perda de poder de compra, nos discursos contrários à globalização e que refutaram tanto as instituições financeiras vigentes, como as políticas.

Isso gerou uma crise identitária que fomentou a busca por figuras e partidos que colocaram no centro do debate público uma prática política que propõe voltar ao Estado como tomador de decisões, acima de redes globais, bem como

Voltar, também, à família patriarcal, como instituição primeira de proteção cotidiana diante de um mundo em caos. Voltar a Deus como fundamento. E, nesse processo, reconstituir as instituições de coexistência em torno desses pilares herdados da história e agora ameaçados pela transformação multidimensional de uma economia global (CASTELLS, 2018, p. 38)

Tal contexto representa, ainda, o endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos por meios democráticos, como a já mencionada eleição de Donald Trump com seu discurso antiglobalização (HOCHSCHILD, 2016), contrário aos imigrantes e pós-fascista (BIANCHI, 2018). Cabe explicar que o conceito de pós-fascismo surge a partir da corrente fundada pelas concepções de Nicos Poulantzas (2018), para denominar regimes de extrema direita e autoritários constituídos no estágio atual do capitalismo.

Para o autor, só é possível falar em fascismo em países que se encontravam em estágio imperialista do capitalismo, e em um contexto de países europeus supostamente prejudicados em partilhas colonialistas.

Segundo Kurlantzick (2013), as políticas de proteção social empoderaram os mais pobres e, por isso, geraram pressão e revolta das classes médias, ainda que as

³ O Estado de Bem-Estar Social surge a partir de 1930, tendo como base a garantia de serviços públicos e proteção à população, no cenário após I Guerra Mundial. Os países europeus foram os primeiros a incorporá-lo.

próprias tenham tido seu poder de compra ampliado por essas políticas. Já o cientista político Luis Felipe Miguel (2017), associa o sentimento generalizado da população de países democráticos, do final do século XX em diante, de não estar representada nas esferas de tomada de decisão a tensões irresolvíveis entre democracia e liberalismo.

As tensões são o que Chantal Mouffe define como “paradoxo democrático”, em que *povo* é uma categoria política que contém o poder do Estado, mas que, na prática, não governa. Isto é,

Povo é uma categoria política que reúne as pessoas que estão submetidas a um governo. Dessa forma, *povo* se opõe exatamente a *governo*: *povo* e *governo* são antípodas na relação de dominação política que é própria das mais diversas sociedades humanas. Um “governo do povo” é, assim, uma contradição em termos (MIGUEL, 2017, p.39).

A democracia liberal, tal qual consolidada hegemônica principalmente a partir da década de 1980, calca-se em percepções que enfatizam o valor, a possibilidade e, mais do que isso, a necessidade de consenso e, por isso, é intrinsecamente falha. Desta forma, pelo viés da Teoria do Discurso, o contexto de rupturas e mudanças de discursos, medidas e orientação política de lideranças eleitas de 2010 em diante são, na verdade, uma falha natural do modelo de consenso, que a modernidade toma como sinônimo de democracia, e não apenas uma consequência da crise financeira de 2008.

A crise da representatividade é, nessa percepção, uma consequência direta de como os conceitos de *accountability*⁴ e autorização mostram-se superficiais e já não agregam a natureza conflitiva da sociedade, já que o antagonismo político pode se manifestar tanto dentro como fora da institucionalidade e adota formas de ativismo que

São estratégias disruptivas, que incorporam meios de pressão que muitas vezes podem fugir da legalidade (uma ocupação, uma invasão, um *corte de ruta*, um *escrache*, uma sabotagem), mas que se mostram necessários para que as instituições levem em conta reclamos que tendem a ignorar [...] Muitas vezes, sobretudo quando ocorre fora da institucionalidade vigente, a ação política dos dominados tem um caráter apenas de *negação* do mundo existente, sem incorporar qualquer programa efetivo para seu reordenamento (MIGUEL, 2017, p.34-35).

Como resultado, o cientista político Yascha Mounk menciona o surgimento de populistas de direita. Porém, a presente dissertação, tendo como pilar fundamental a

⁴ Para Rocha (2013), *accountability* exprime uma maneira de avaliar e responsabilizar os agentes que exercem cargos públicos pelo uso das prerrogativas a eles conferidas.

Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, rejeita tal definição, por compreender que ela limita o sentido do discurso populista, de acordo com o marco teórico definido para categorização de análise que será destrinchado no terceiro capítulo (com o título Metodologia e Marco Teórico).

Ainda assim, o recorte que o cientista político elabora da trajetória da crise democrática, e a forma como a associa às rugas do deliberacionismo e ao surgimento de líderes de uma nova direita, é aqui exposto, porque é uma visão necessária para compreender a gênese do fenômeno da contemporaneidade. Ademais, o autor conta com credibilidade em sua carreira científica e no nível explicativo das causas do contexto global, excluindo a consequência de “populistas de direita”, os argumentos de Mounk fazem intersecção aos de Castells e Miguel, expostos nos parágrafos anteriores.

Em *O Povo contra a Democracia* (2019), Mounk define o cenário como encolhimento global da democracia, uma vez que as consequências disso são algumas violações dos preceitos de consenso da democracia liberal. Um exemplo é o fato de que há menos de 30 anos, adversários políticos eram, em geral, unidos pelo respeito mútuo a regras e normas democráticas básicas, ao passo que, na atualidade, candidatos que violam essas normas são os que mais obtiveram, em alguns países, poder e influência.

É o caso de dois países que menciona no livro: os Estados Unidos com a eleição de Trump e o Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro (2018), com ambos pronunciando-se hostis a diversas dessas normas, como o respeito à divisão e autonomia dos três poderes, ao colocarem-se contra o Judiciário. E a causa dessa crise estaria justamente no cerne da cartilha ocidental à democracia, que define que ela precisa da liberdade e da individualidade fortes em todas as esferas, para funcionar plenamente.

Nessa narrativa, direitos individuais e vontade popular são indissociáveis, entretanto, o fato de que um sistema funcional precisa de ambos os elementos para prosperar não significa que um sistema que tenha os dois será estável, pelo contrário,

A dependência mútua do liberalismo e da democracia mostra com que rapidez a disfunção em um aspecto de nossa política pode gerar disfunção em outro. E assim a democracia sem direitos sempre corre o risco de degenerar naquilo que os Pais Fundadores mais temiam: a tirania da maioria [...] Essa lenta divergência entre o liberalismo e a democracia talvez seja exatamente o que acontece neste momento — e as consequências, decerto, serão tão ruins quanto as nossas previsões (MOUNK, 2019, p.18).

Além disso, há um elemento crucial do século XXI que corrobora a instabilidade democrática, que é a apropriação tecnológica que permite a comunicação pela Internet e amplifica as redes sociais das pessoas a níveis globais. Dessa forma, os meios de comunicação que permaneceram sob domínio exclusivo das elites políticas e econômicas, com o veloz crescimento da internet e, em especial, das mídias sociais, tiveram o acesso facilitado.

Isso desequilibrou a balança do poder entre *insiders* e *outsiders* políticos, de modo que hoje qualquer cidadão é capaz de viralizar uma informação para milhões de pessoas a grande velocidade. Os custos de se organizar politicamente despencaram e cada vez mais minorias sociais marginalizadas dos espaços de tomada de decisão política se organizam e reivindicam ocupação desses lugares (MOUK, 2019, p. 29).

Por toda a história da estabilidade democrática, um grupo racial ou étnico tem sido dominante. Nos Estados Unidos (EUA) e no Canadá, por exemplo, sempre houve uma hierarquia racial clara, com os brancos usufruindo de incontáveis privilégios; e também na Europa, em países como a Alemanha ou a Suécia, por anos, sequer reconheciam imigrantes como membros verdadeiros da nação.

Essa homogeneidade, ainda que excludente, foi importante para o funcionamento da democracia e o estigma artificial do consenso. Entretanto, décadas de migração em massa e ativismo social transformaram radicalmente essas sociedades, de modo que cada vez mais as minorias raciais e demais minorias sociais, como as mulheres que por anos estiveram às margens da construção capitalista patriarcal de sociedade, estão reivindicando voz e ocupação de espaços, inclusive políticos (MOUNK, 2019).

Assim, à medida que o abismo tecnológico entre o centro e a periferia reduzia, pela facilidade do acesso com o advento da Internet, os então vistos como incitadores da instabilidade, pelos parâmetros consensuais e eliminadores do conflito de democracia, passam a levar vantagem sobre as forças da ordem, assim, no mundo conectado pela Web⁵, possivelmente o traço mais significativo da comunicação em rede global seja o de que os conglomerados de comunicação e veículos de jornalismo perderam grande parte do seu controle sobre a disseminação de ideias e mensagens.

⁵ Termo pelo qual a rede mundial de computadores (Internet) tornou-se conhecida, a partir de 1991. Relaciona-se à sua popularização pelo aumento de sua usabilidade, com a criação de uma interface gráfica, e, assim, aumento do seu alcance.

E a mídia, como destaca Bourdieu (1996), é um campo como os demais da sociedade capitalista, em que há forças dominantes e dominadas, conforme poder econômico e competição por fatias do mercado. No caso da comunicação, a disputa por mercado é a disputa por audiência, através do conteúdo veiculado. Logo, a comunicação conta com estruturas invisíveis a quem a consome e atua como instrumento de produção simbólica de valores e opiniões.

À época em que a televisão e o rádio eram as principais mídias de comunicação de massa, Bourdieu definiu o telejornalismo e o radiojornalismo como fonte primária de poder simbólico, por produzirem efeitos de realidade sobre o imaginário social. Quando parece apenas ocupada com o atendimento a exigências do imaginário. Tal análise pode ser associada, no contexto contemporâneo, à influência do conteúdo digital.

Por outro lado, o predomínio dos meios de comunicação de massa limitava também a distribuição de ideias extremistas, criava um conjunto de fatos e valores compartilhados e dificultava a disseminação de notícias falsas. Logo, houve com a Internet o empoderamento de movimentos e políticos outrora à margem, inclusive de extremistas. Assim, amplia-se as rugas dos regimes liberais ao lado de emancipação social e ao lado de discursos extremistas e combativos à essa emancipação.

É o caso da campanha de Donald Trump, nas eleições de 2016 nos Estados Unidos, porque durante sua atuação na corrida eleitoral

Ficou estampado o papel decisivo das mídias sociais em contornar os difusores tradicionais da política americana. Numa época anterior, as redes de TV provavelmente teriam se recusado a levar ao ar suas mentiras descaradas ou as diatribes contra imigrantes, minorias religiosas e adversários políticos. Mas, graças ao Twitter, Donald Trump não precisava da infraestrutura dos veículos de mídia tradicionais (MOUNK, 2019, p.173).

Inclusive, foi principalmente por causa dessas eleições que o mundo todo voltou os olhos à existência das Fake News. É a forma popularmente conhecida de se chamar as notícias falsas, matérias ou artigos feitos intencionalmente com dados inverossímeis, verificáveis e que podem confundir os leitores (ALCOTT; GENTZKOW, 2017). Também são consideradas postagens nas redes sociais de Internet amplamente compartilhadas, baseadas em contas fictícias feitas para parecerem com notícias (TANDOC et al, 2018).

Alguns autores optam por não utilizar esse termo, por compreenderem que o fenômeno abrange não somente notícias, como todo ecossistema da informação.

Como Wardle (2017), que define o compartilhamento e promoção da inverdade como desinformação e inclui ao método de espalhar notícias falsas, também a promoção de sátiras e paródias, conteúdo enganoso, conteúdo impostor, conteúdo fabricado, conexão falsa e conteúdo manipulado.

Particularmente no contexto eleitoral, esse conteúdo disputa a confiança do eleitor com o conteúdo jornalístico e oficial de campanhas partidárias. Nos três últimos meses da campanha estadunidense de 2016, uma análise do veículo BuzzFeed News, assinada pelo editor Craig Silverman, apontou que 20 histórias falsas relacionadas às eleições, de sites que se apresentavam como informativos e de blogs, geraram cerca de 8,7 milhões de compartilhamentos, reações e comentários no Facebook.

Ao mesmo tempo, a soma das 20 matérias de maior engajamento digital de sites de 19 veículos tradicionais de jornalismo, como New York Times, NBC News e Washington Post, teve 7,367 milhões de compartilhamentos, reações e comentários no Facebook. Além disso, a análise apontou que as duas notícias falsas que mais repercutiram foram as seguintes manchetes: “Wikileaks confirma que Clinton vendeu armas para o Estado Islâmico” e “Papa Francisco choca o mundo e apoia Donald Trump”. Das 20 notícias falsas de melhor performance analisadas, apenas três não eram pró-Donald Trump ou contra a principal concorrente, Hillary Clinton, do Partido Democrata.

Como se define, afinal, o resultado da crise da democracia liberal exposta acima? Qual o desfecho disso tudo em 2019, ano em que aconteceram as eleições uruguaias? Para Slavoj Žižek (2011), apesar dos reflexos econômicos da crise de 2008, o capitalismo saiu ileso da tribulação e o maior perdedor foi a esquerda e governos progressistas. Isso porque demonstraram-se incapazes de governar com medidas alternativas ao neoliberalismo hegemônico, ao não apresentarem projeto alternativo de governança em um momento de crise desse próprio modelo e, portanto, próspero a mudanças.

De modo que prevalece, sobretudo, o capitalismo como viés ideológico, ainda que, tão dominante na racionalidade neoliberal seja visto como neutro (ŽIŽEK, 2011). Seus grandes expoentes na contemporaneidade, que são os novos representantes da direita, negam sua ideologia e chegam, ainda, como herança de práticas do Ocidente na Guerra Fria, a associar ideologia de forma pejorativa ao espectro esquerdista e ao comunismo.

Para analisar o caso do Uruguai à luz da crise da democracia liberal e se o desfecho das eleições de 2019 se enquadra no fenômeno do surgimento de uma nova direita, como são descritos os casos de Trump e Bolsonaro por Mounk e Castells, o próximo tópico aprofundará a definição de direita política e os conceitos sobre essa nova onda. Na sequência, será detalhado o contexto do Uruguai, com resultado de pesquisas de opinião e índices socioeconômicos, para então, no segundo capítulo, analisar-se a trajetória dos partidos de direita nas eleições presidenciais de 2019.

1.2 As novas direitas

O objetivo desse tópico é investigar a existência e a estrutura de uma nova direita. A proposta atende a pesquisa desenvolvida, na medida em que as características traçadas com base na literatura da Sociologia e da Ciência Política contemporâneas permitirão categorizar a análise, no capítulo 3. Desse modo, com base no que se define a direita na contemporaneidade, serão elencadas características como categorias de análise dos partidos uruguaios, para responder se houve ou não um discurso de uma nova direita no Uruguai, na corrida eleitoral à presidência, em 2019.

A definição do que é “ser de direita” faz parte de uma discussão antiga na literatura do pensamento político. A divisão política entre “direita” e “esquerda” remonta, inclusive, o período da Revolução Francesa (1789-1799), em que, na Assembleia Legislativa e na Convenção Nacional na França, girondinos, considerados mais moderados e conciliadores, ocupavam o lado direito e os jacobinos, mais radicais e exaltados, ocupavam o lado esquerdo. Apesar de ser um debate antigo, é, ainda, atual, na medida em que a tensão entre esquerda e direita permanece viva.

Historicamente, as definições de esquerda e direita ampliaram-se da Assembleia ao vocabulário da política de massas a partir de 1848, quando foi adotado o sufrágio universal na França. E nos últimos anos do século XIX, quando a III República da França enfrentava o cenário de conflito entre católicos e anticlericais, as definições passaram a estar associadas com a aproximação e defesa ou não de partidos e lideranças com a questão social. Entretanto, ao longo dos anos desse quadro conflitivo, esse arranjo muda e surge no campo da direita uma configuração inédita, que se caracteriza por

uma cultura política organizada em torno de três pulsões principais: o gosto da violência, verbal e física, o poder da recusa (com o lugar considerável conferido aos “anti”: antiparlamentarismo, antiliberalismo, anticapitalismo, antisemitismo etc.), o desejo de escapar à competição direita-esquerda e de lançar pontes entre contestatários de todas as origens (Le Beguec; Prévotat, 1992, p.276).

É justamente a esse desfecho que se associa às origens do fascismo. O desfecho da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) contribui para a radicalização desse processo que toma ainda mais força na década de 1920. Houve no período a crescente saliência adquirida pelas forças situadas nos extremos dos dois lados, com o então recém criado Partido Comunista Francês e a constelação profascista, com destaque para a Action Française, de Charles Maurras, e do movimento *Croix de Feu*, do coronel La Roque (CRUZ, 2015, p. 22).

O grande ponto da diferença entre elas, enquanto concepções políticas, segundo Norberto Bobbio (1995), é a avaliação que cada uma das tendências tem sobre igualdade e desigualdade social. Para ilustrar sua hipótese, o autor contrapõe Rousseau e Nietzsche, dois pensadores influentes na filosofia e nas ciências humanas, resumindo que o abismo que os separa é radical, ao passo que em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social (Bobbio, 1994, p.107).

A igualdade assim é definida de forma abstrata, como valor. Na lógica de Bobbio, a atitude positiva em relação ao valor da igualdade é o critério de definição da esquerda, em contraposição à direita, que tem como característica principal o costume de propor medidas que fomentem a desigualdade

Em contraponto, Bresser-Pereira, em uma série de artigos para definição de direita e esquerda (1997; 2000; 2006) define que a direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem,

dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública (BRESSER-PEREIRA 2006, pp. 26-27).

Portanto, com base no exposto, é possível afirmar que a esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub representados nas esferas de poder, tanto as concretas, como cargos políticos, quanto as simbólicas, como comunicação. Do outro lado, a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder, sendo, portanto, forças conservadoras dentro da ordem capitalista e sua racionalidade neoliberal (SILVA, 2014, p. 156).

Mas, afinal, a partir do contexto analisado e descrito no ponto 1.1, o que é a direita na contemporaneidade? É possível falar de uma nova onda de direita, resultante da crise da democracia liberal? Se sim, no que a nova se difere da antiga?

Mouk é um dos autores que descreve a existência de uma nova onda que se caracteriza por uma rápida ascensão de déspotas que afirmam serem os únicos capazes de evocar a vontade do povo (MOUK, 2019, p.44). Além dos casos de Trump e Bolsonaro, mencionados no tópico anterior, a literatura da Ciência Política e da Sociologia que investiga o fenômeno contemporâneo nas democracias trabalha os casos do primeiro-ministro Narendra Modi na Índia, Viktor Mihály Orbán na Hungria, Erdogan na Turquia e Duterte em Filipinas.

O fenômeno é associado por Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan a um “degelo” do sistema partidário. Por muitos anos no pós-Guerra Fria (1947-1991), a estrutura partidária na maioria dos países da Europa Ocidental e da América do Norte parecia consolidada e estável, porém nos últimos vinte anos os partidos políticos que haviam sido marginais ou inexistentes estabeleceram-se como presenças importantes.

À compreensão da onda que se desenha, há um importante fator a ser considerado: a mudança do paradigma global sobre segurança e terrorismo, a partir dos ataques coordenados pelo Al-Qaeda⁶ contra os Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001. Com isso, em uma série de relações de ação e reação, o terrorismo islâmico global virou traço permanente da nossa sociedade (CASTELLS, 2018, p. 35).

Com o atentado contra duas torres do World Trade Center em Nova Iorque, um dos mais simbólicos e importantes complexos empresariais dos EUA, o terrorismo

⁶ Organização fundamentalista islâmica. O Al Qaeda foi criado no Paquistão, no final da década de 1980, como consequência do desfecho da Guerra do Afeganistão (1979–1989) e a luta dos muçulmanos contra os soviéticos. A organização teve em Osama bin Laden um de seus fundadores e ele, inclusive, foi um dos idealizadores dos atentados aos Estados Unidos.

chamou a atenção do mundo todo e foi associado ao islamismo e à população árabe. Muito desse estigma foi construído pela política externa norte-americana, pelos veículos internacionais de jornalismo e pelas declarações públicas de lideranças do Ocidente, principalmente do então presidente dos EUA, George Bush.

Dentro dos EUA, a diplomacia doméstica também foi de difusão do medo na população, o que fez com que o país se encaminhasse para um Estado policial, a ponto de se estabelecer que qualquer indivíduo considerado suspeito pode ser preso sem acesso a advogados de defesa.

Logo, o terrorismo e a presença islâmica e árabe passaram a ser vistos como o novo “inimigo” e não se identifica com nenhum risco internacional das décadas anteriores, por não ser um estado nacional, não possuir um exército, e não contar com nenhuma complementariedade, seja econômica ou militar, como havia com a União Soviética, na época em que o grande inimigo construído pelo Ocidente era o comunismo.

Desse modo, ao contexto da democracia neoliberal, emerge o terrorismo como inimigo universal e ubíquo, isto é, um inimigo tipicamente imperial, da humanidade, e não de algum estado em particular (Fiori, 2007, p. 103). E embora o ataque de 11 de setembro tenha partido do Afeganistão, a resposta americana se centrou em ocupar o Iraque (2003), com a justificativa de que existiriam armas de destruição em massa no local.

Como resultado,

A invasão desestabilizou o Iraque, sem conseguir dominá-lo e acentuou o secular confronto entre sunitas e xiitas, com o paradoxo efeito de estabelecer um governo xiita aliado do Irã e sustentado por suas milícias, uma vez que as tropas americanas tiveram que recuar ante a oposição à guerra que contribuiu para levar Obama à Presidência (CASTELLS, 2018, p. 32)

E isso desencadeou uma série de reações e consequências que retroalimentam a relação de terrorismo global, estigma sobre a população árabe e medo. Kenneth Waltz e Chomsky (2004) argumentam que o uso do poder militar norte-americano para solapar um inimigo num país indefeso, com bem menos potencial econômico, bélico e de influência nos espaços de tomada de decisão em órgãos internacionais, produziu o ódio das populações que sofreram com os ataques. Além do desejo por vingança – que pode ser compartilhado com outros – e a busca de algo, entre aqueles países ameaçados, que impeça que o mesmo ocorra com eles.

Das ruínas do Iraque, inclusive, surgiu uma nova organização terrorista-militar: o Estado Islâmico (CASTELLS, 2018). O que começa com a Al Qaeda, e o regime talibã no Afeganistão, depois assume outras definições de redes terroristas, englobando também ameaças mais tradicionais como o eixo do mal e os estados produtores de armas de destruição em massa (FIORI, 2007).

Com a tecnologia e esse funcionamento em rede global, a ameaça passa adquirir diferentes formas, além das históricas que eram de países e bélicas, as ameaças passam a ser também cibernéticas, globais e de organizações civis. Neste sentido, na guerra escolhida pelos Estados Unidos contra o terrorismo, tudo pode se transformar numa arma, em particular as inovações tecnológicas dos próprios americanos. E tudo pode se transformar num alvo, em particular as coisas mais prezadas e desprotegidas dos norte-americanos. (FIORI, 2007, p. 104).

A globalização e a intrínseca comunicação em rede mundial passam, portanto, a ser motivo de medo do Ocidente em relação ao novo inimigo, isto é, ao terrorismo. Para Todorov (2010), ganha força novamente, nesse contexto, como justificativa de medidas políticas tomadas por governos da Democracia Liberal, a teoria denominada “Choque das Civilizações”, de Samuel Huntington (1997). Segundo a teoria, que Huntington escreveu para o cenário pós-Guerra Fria, os conflitos de grandes proporções não ocorreram entre as classes sociais e sim entre os povos pertencentes a diferentes entidades culturais e religiosas.

Nesse prisma, os ataques aos EUA decorreram de questões étnicas, religiosas e culturais, que residem na dificuldade dos “outros” em conviverem com as diferenças. É uma forma simplista e etnocêntrica do Ocidente de desprezar mágoas causadas pela sua própria agressão, como enfatiza Mann (2006, p. 223): “Não odeiam a nossa cultura, a nossa democracia nem a nossa riqueza; somente a nossa política externa”.

Na verdade, a justificativa de que a “outra civilização” precisa ser contida por ser “intolerante”, conforme posicionamento dos EUA na corrida contra o Oriente Médio, os reais motivos das guerras são as motivações políticas, sociais, econômicas e demográficas (CONDE, 2015, p. 75-76). Entretanto, a população mundial, com a já mencionada influência do poder simbólico da mídia, foi influenciada pelas políticas de segurança antiterrorista, à estigmatização dos símbolos árabes e islâmicos e à perseguição de imigrantes.

Há, enfim, um medo coletivo do “outro”, construído de 2001 para cá, que é cada vez mais incorporado pelas lideranças que surgem dessa nova direita. Castells

(2018) refere-se a isso como o medo da globalização, que incita a buscar refúgio na nação e predispõe a busca das pessoas por um Estado protetor contra o multiculturalismo e a imigração.

Movidos pelo medo, portanto, as pessoas, principalmente em sua posição de eleitoras, se mobilizam em torno daqueles que dizem o que não dizem as elites políticas – que ocupam tradicionalmente o poder e a estrutura democrática liberal do consenso e da prerrogativa individual e não dão respostas ao medo que sentem da globalização. Crescem, assim, líderes que se pronunciam, sem rodeios, de forma xenofóbica e racista, que pregam um Estado forte e bélico pela ordem e simplificam a solução dos problemas com a noção de “nós” e o inimigo, “o outro”, tal qual retrata a teoria de Huntington (1997).

Esses novos representantes são da direita, por não contarem com uma agenda de emancipação social e promoção da igualdade social e, pelo contrário, levantaram as bandeiras do conservadorismo social e meios autoritários de oposição ao igualitarismo. Para Juan Estop (2019), fazem parte dos “fascismos do século XXI”, que é o surgimento de correntes políticas que, em alguns aspectos, assemelha-se aos fascismos e movimentos de direita da década de 1930, uma vez que exaltam o autoritarismo, a xenofobia, o culto ao líder e outros elementos que se consideravam superados nas democracias ocidentais.

Para explicar a nova onda de lideranças de direita, Jason Stanley (2018) também parte do conceito de fascismo. O autor estuda o caso dos Estados Unidos de Trump e de alguns países europeus, em que direitas com agendas conservadoras avançam no cenário político. Stanley define fascismo como movimentos nos quais as Nações aparecem representadas por líderes que fortalecem sua imagem com base em duas estratégias.

A primeira estratégia é a da narrativa sobre um passado mítico, que não necessariamente é contado com base em fatos verídicos, mas fantasia elementos para apagar tudo o que não é compatível com visão favorável à governabilidade do líder. É o que Stanley chama de fantasias de homogeneidade, que misturam política e moralidade. Essa construção se baseia em uma ideologia autoritária e hierárquica, colocando a família patriarcal como centro desse passado. Dessa forma, a ideologia fascista baseia-se no valor moral de ordem e associa o pai de família, enquanto líder, ao governante, que é o líder e, portanto, pai da nação.

A história mítica do passado que favorece o líder é fortalecida através de propaganda e sistema educativo, na medida em que a primeira visa unir a população ao redor do líder fascista e a segunda tenta deslegitimar as vozes questionadoras ou que ampliem o debate. Os intelectuais que lhe são contrários são chamados “marxistas doutrinados”, e os veículos jornalísticos que não compartilham suas teorias conspiratórias são acusados de tendenciosos.

A segunda estratégia é a da “lei e ordem”, que divide os cidadãos em duas classes: aqueles que pertencem à “nação escolhida” e seguem as leis (o “nós”) e aqueles que não são parte dela e, portanto, são uma ameaça à identidade da Nação (“eles”). Compõem o “eles” todos aqueles que fogem do modelo apresentado pelo fascista, em geral imigrantes, cosmopolitas e defensores de valores universais e da globalização.

Além disso, tais lideranças colocam em prática o Anti-intelectualismo e oposição ao tratamento igualitário a todos os grupos sociais por vitimização da extrema-direita. É, em suma, uma onda reacionária que visa perseguir e exterminar agendas liberais de direitos individuais e sociais, um exemplo levantado por Stanley é a retórica de que Organização das Nações Unidas (ONU) seria comunista.

Ademais, há uma prática de desarticulação do Estado do bem-estar, na medida em que é fomentado o ideal de trabalho duro como arma contra as minorias e criação de artificialidades, com promoção de notícias falsas, por exemplo, para promover limpeza étnica e tratamento brutal da população. A política fascista corrobora, ainda, a xenofobia e o racismo ao promover o medo de uma mistura de raças, com base no argumento de que isso destruiria as origens da nação, e o próprio passado mítico que criam.

E a população que apoia tais perfis de lideranças defende esses governos justamente pela lógica da cartilha institucional liberal democrático, uma vez que chegaram ao poder por eleições e é através do princípio da liberdade de expressão que defendem o aparelho repressivo do Estado (ESTOP, 2019). Em suma, a nova direita se caracteriza pela promessa de reconstrução da ordem, dos valores tradicionais conservadores e da segurança da classe média, através do endurecimento do Estado.

Além disso, ela mantém estreita relação com sistemas delirantes, por atingir, como o fascismo, o inconsciente dos indivíduos. As direitas da contemporaneidade são, pois, uma nova face de extrema-direita que apelam a emoções, de modo que o

se pode definir como viés fascista da nova onda à direita e uma de suas principais características é a estratégia de demonizar “o outro”, um inimigo comum da nação (SINGER, 2021).

Assim, os líderes emergem desconfiança popular nas instituições da democracia liberal, por trabalharem com os elementos do medo, da reconstituição da ordem, das crenças, dos valores e da moralidade para obtenção de votos. Colocam-se, pois, no contexto de crise como *outsiders* e anti-establishment (NORRIS; INGLEHART, 2019).

Na América Latina, esses novos atores são considerados *neopatriotas* de extrema-direita. São nacionalistas e antiglobalistas, com agenda política focada em reconstituir uma suposta comunidade originária dos países, sobre a qual criam uma narrativa inverossímil, como citado na estratégia descrita por Stanley. Defendem, pois, uma “volta aos valores perdidos” (SANAHUJA; LÓPEZ, 2020).

Essa virada à direita ocorre após os anos de governos progressistas e a volta de governos de centro-direita que não ofereceram soluções a sintomas de crise, como inflação e desemprego, como foi o caso brasileiro da gestão de Michel Temer (2016-2019). As lideranças *neopatriotas* ganham força, dessa maneira, canalizando as lacunas sem resolução e os medos com soluções simplistas, de endurecimento da força do Estado e de um inimigo a ser combatido (SANAHUJA; LÓPEZ, 2020).

Ansaldi (2017), todavia, argumenta que não há “novas direitas” e sim o “novo das direitas”, por considerar que os elementos ideológicos são os mesmos e o que muda são as ferramentas. Para o autor, o que é novo é a linguagem utilizada e a forma de fazer campanha, que foca muito mais em redes de comunicação do que em tradicionais projetos de propostas governamentais.

Sob influência das ideias de Žižek, Ansaldi defende que existe um liberalismo fundamentalista em que o coletivo é substituído pelo individual, em que o novo das direitas são formas que a da burguesia encontra para superar a crise de representação dos partidos tradicionais, que dominam. São arranjos das elites para reconstruírem seu poder, apropriando-se do medo da sociedade contemporânea e comprando uma guerra cultural para, assim, conquistar a população acuada frente a globalização e o terror (ANSALDI, 2017).

Para o autor, o que muda é que antes as direitas deixavam sua posição e agenda explícitas, enquanto que hoje as rejeitam e chegam a negar a existência de ideologia, associando o termo apenas a partidos de esquerda. Isso porque as novas

direitas orbitam também na narrativa antipolítica, tais quais os moldes liberais, apesar de fomentar o liberalismo econômico. Rechaçam os espaços de resolução pacífica de conflitos, como sindicatos.

O que se conclui da presente seção é que existem, sim, um movimento novo de lideranças de direita ao redor do mundo que têm em comum a forma como se comunicam e, principalmente, guerras culturais como eixo de sua política, de modo que se alinham contra a diversidade social e o multiculturalismo, a diversidade sexual e a identidade de gênero, que chamam “ideologia de gênero” a ser combatida” e dizimação de tudo que possa ameaçar a família tradicional– heteronormativa e sob hierarquia patriarcal.

1.3 O contexto uruguaio

No Uruguai, à luz do mencionado cenário global, a campanha eleitoral de 2019 moldou-se a partir de um quadro de descontentamentos generalizados da população que, em muitos sentidos, distinguiram-se dos padrões tradicionais da política do país. Caetano, Selios e Nieto (2019) definem “mutação” como mudanças na forma como a população uruguaia se coloca diante da representação política, de modo que está cada vez mais desconfiada em relação às lideranças e instituições.

Na presente seção, isso é avaliado a partir de pesquisas de opinião dos cidadãos uruguaios sobre sua confiança nas instituições e avaliações que expressavam sobre seus representantes. Cabe destacar que a maioria das pesquisas desse escopo no Uruguai são realizadas por empresas privadas, com pouca participação do mundo acadêmico (Rocha, 2012) e priorizam os processos eleitorais. É justamente por isso, inclusive, que a literatura que se dedica à cultura política uruguaia é, muitas vezes, restrita ao comportamento eleitoral e análises de resultados eleitorais e é minoria os estudos que logram trabalhar com variáveis culturais como explicação sobre a estabilidade da democracia (CASTRO, 2021, p. 12).

Conforme ilustra o gráfico abaixo, as entrevistas realizadas junto à população pelo Latinobarómetro⁷, entre 1995 e 2017, demonstram que a porcentagem de

⁷ O Latinobarómetro é um estudo de opinião pública, da empresa sem fins lucrativos Latinobarómetro Corporation. O levantamento é realizado anualmente, com realização de uma pesquisa anual com cerca de 20.000 entrevistas com a população de 18 países da América Latina, incluindo o Uruguai.

uruguayos que afirmava que a democracia era preferível a qualquer outra forma de governo caiu 10 pontos, passando de 80%, em 1995, para 70%, em 2017.

Gráfico 1- Comparativo de apoio à democracia por ano (em porcentagem)



Fonte: Gerardo Caetano, Lucía Selios e Ernesto Nieto (2019)

Percebe-se que além da diminuição da preferência pela democracia por parte dos uruguayos, cresceu, ainda que timidamente, sua resposta positiva à opção de governos autoritários. Principalmente em 2002, período no qual o país enfrentava uma de suas piores crises econômicas⁸, em que as respostas favoráveis ao autoritarismo alcançam a porcentagem de dois dígitos, com 10% (CAETANO; SELIOS; NETO, 2019). Em 2017, a porcentagem foi de 13%.

Tal relação reflete a tendência da população de escolher discursos autoritários em contextos de crise, o que, por sua vez, associa-se ao fato de que a Sociedade Civil não é uma zona neutra, senão um espaço em que há vários elementos. A sociedade é, na verdade, como aponta a perspectiva de Gramsci, tomada por disputas políticas e econômicas pelos espaços de poder (SIMIONATTO, 2012).

Logo, em situação de crise, estando essas diferentes forças em disputa política, as regras de controle do exercício da autoridade política, como a divisão de poderes e o império da lei da democracia liberal, são denunciadas como obstáculos à tarefa de regeneração moral. É o que Miguel (2021) destaca como a ascensão da

⁸ Nos seis primeiros meses de 2002, o sistema financeiro perdeu US\$ 4,47 bilhões, segundo dados do Banco Central do país. Entretanto, a economia do Uruguai baseada, principalmente, em bancos, turismo e agricultura, sofria efeitos da fuga de depósitos e da queda no consumo desde 1999. Entre 1999 e 2002, o PIB do país encolheu quase 20%, o desemprego atingiu o recorde de 19% da população economicamente ativa e a pobreza aumentou de 18% em 2001 para 31% em 2004.

antipolítica, em que se destroem as bases do diálogo do pluralismo, indispensável à convivência democrática, ao mesmo tempo que a minoria rica, historicamente favorecida pelo arranjo liberal, permanece com poder sobre a instrumentalização do Estado (MIGUEL, 2021, p.14).

Somando as porcentagens dos uruguaios favoráveis a governos autoritários e dos que responderam serem indiferentes às formas de governo, o total é de 14% para o ano de 1995 e de 26% em 2017. Além desses dados, é possível depreender do levantamento do Latinobarómetro o grau de confiança institucional da população⁹.

Entre 1995 e 2017, a confiança dos uruguaios em relação aos três poderes apresentou quatro ciclos. Em 1995, o melhor avaliado foi o Judicial e o pior o Executivo, enquanto o Legislativo oscilou entre os dois. No início do século XXI, foi constatada uma queda de confiança nas instituições: em 2003, somente 37% dos uruguaios responderam confiar no poder Judiciário e 21% no Legislativo.

Em 2004, a confiança no Executivo caiu de 25% (2003) para 16%. A partir de 2005, entretanto, começou um período de crescimento da confiança nas instituições, principalmente no Executivo, concomitantemente ao primeiro ano do primeiro governo da Frente Ampla. O índice de confiança no Governo permaneceu acima da média das demais instituições, chegando à porcentagem máxima de 71% em 2010, ano em que houve mudança da presidência de Tabaré Vázquez para José Alberto Mujica Cordano, do mesmo partido.

No referido ano, com o legado de ter sido o primeiro presidente da coalizão de esquerda do país e dar fim na histórica alternância entre os partidos Nacional e Colorado, Vázquez encerrou o primeiro mandato com mais de 60% de aprovação popular e apenas 17% de desaprovação. Sua política econômica contava com aprovação de 56% dos uruguaios, principalmente pelo crescimento de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, redução da pobreza, que passou de 31,9% para cerca de 20%, e do desemprego, de 13,1% para 7%.

Entretanto, com o passar dos anos, conforme o Latinobarómetro, essa confiança, no Executivo, bem como nos demais poderes, caiu. Em 2017, somente 34% dos uruguaios confiavam nos parlamentares, 40% no presidente e 41% no

⁹ Há nas pesquisas do Latinobarómetro a pergunta, conforme instituições (Governo, Parlamento, Judiciário) se a confiança do entrevistado é muita, pouca ou nenhuma.

Judiciário. Nesse mesmo ano, inclusive, a popularidade do então senador José Mujica, que ocupou a presidência entre 2010 e 2015, caiu e atingiu níveis inéditos.

Em 2017, pela primeira vez, as pesquisas apontaram uma taxa de rejeição à atuação política de Mujica maior que sua popularidade. Em 2010, quando assumiu a presidência, sua popularidade era de 75% e em 2015, quando encerrou o mandato, sua taxa de aprovação entre os uruguaios era de 66%. Em dois anos, o número caiu mais de 20 pontos percentuais, chegando a 42% em 2017, e a taxa de pessoas que rejeitavam a trajetória política aumentou de 15% (2015) para 44% (2017), conforme levantamento da uruguaia Equipos, empresa que presta pesquisas de opinião pública.

Após seu mandato no Executivo (2010-2015), seu antecessor Vázquez é eleito novamente, com mais de 53% dos votos em segundo turno, contra Lacalle Pou, do Partido Nacional, que obteve 41% das urnas e reconheceu a derrota antes mesmo do anúncio do resultado oficial. Na corrida eleitoral, sob o *slogan* “Uruguay no se detiene”¹⁰, a campanha do frenteamplista girou em torno de continuidades do governo Mujica, mas também em propostas de melhorias na educação e reforço da segurança pública, que foram dois temas criticados pela oposição durante a gestão de seu correligionário.

Lacalle Pou, por sua vez, sob o lema “Por la positiva”¹¹, partiu da estratégia de não criticar seu principal adversário e de, inclusive, reconhecer acertos das duas gestões da Frente Ampla. Em discurso realizado em 2013, quando apresentou sua equipe técnica, o então candidato chegou a afirmar que tal posicionamento dava-se pelo fato de que não se pode começar “um país” do zero a cada cinco anos, de modo que sua proposta de governo era baseada em dar fim a um “antagonismo sonso e panfletário relacionado à política” (SUPERVIELLE, 2015, p.35).

Entre propostas de mudança e renovação, definia-se como um liberal na economia e seu projeto contava, principalmente, com propostas para redução de impostos, reformas nas pastas de Educação e Segurança Pública. Além disso, em seus discursos em comícios, entrevistas e eventos políticos, mencionava a necessidade de parar de olhar o passado e imaginar um futuro, colocando-se como o candidato da renovação, contra a “velha política” (REYES, 2014).

¹⁰ Em tradução livre para o português, a frase significa “Uruguai não se detém”.

¹¹ Em tradução livre para o português, a frase significa “Por meio da positiva”, referindo-se a uma campanha positiva.

Vázquez venceu com cerca de 1 milhão e 227 mil votos e governou de março de 2015 a março de 2020. Foi destaque de seu segundo mandato as políticas públicas da área da saúde, que foram a garantia de atendimento médico de urgência e emergência em qualquer unidade de saúde do país e o chamado Sistema Nacional e Cuidados, bem como as políticas sociais, que incluem o Plano Ibirapitá e a Lei Integral para Pessoas Trans.

O direito de assistência médica em situações de emergência unificou o serviço nacional de saúde, ao garantir a todos os habitantes do Uruguai o direito ao atendimento médico de emergência, mesmo em lugares no país, distintos de seu local de residência. E o Sistema Nacional de Cuidados foi criado a partir da aprovação da Lei de Cidadãos (19353 de 2015).

Ele garante o direito a cuidados básicos e terapêuticos a idosos, crianças, principalmente menores de três anos, e pessoas com algum tipo de deficiência. O Sistema prevê ainda qualificação e formação de cuidadores, como estratégia de geração de postos de trabalho e renda, além de formação de grupos de trabalho e Conselho Consultivo para elaboração e fortalecimento de políticas de cuidado.

Entre as políticas sociais, o Plano Ibirapitá foi criado em 2015 focado na inclusão digital da população aposentada, com baixa remuneração de até 24 mil e 400 pesos uruguaios mensais. Com o plano, cerca de 400 mil aposentados receberam tablets do governo, com a finalidade de lhes garantir acesso à tecnologia e Internet já que, até então, não tinham condições de acessá-las. A medida conta ainda com conteúdo de ensino para que os usuários aprendam a usar a ferramenta e tenha informações sobre saúde, trâmites públicos, notícias e conteúdos culturais.

Um projeto de Vázquez fez nascer, ainda, a Lei número 19.684 de outubro de 2018, com apoio de diversas organizações civis, principalmente de defesa dos direitos LGBTQIA+¹². A lei ficou conhecida como Lei Integral para as Pessoas Trans, por estabelecer liberdade de identidade de gênero às pessoas e que, a partir disso, o Estado tem a obrigação de desenvolver políticas públicas à população trans, isto é, a pessoas cujo identidade de gênero é distinta do sexo com o qual nasceram. Entre as garantias do Estado, estão o direito de trocar de nome e sexo nos documentos de identificação pessoal e, inclusive, uma pensão vitalícia reparatória a pessoas trans

¹² LGBTQIA+ é uma sigla para se referir à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexos e assexuais, que são diferentes tipos de orientações sexuais e identidades de gênero.

nascidas antes de 31 de dezembro de 1975 que considerem terem tido seus direitos violados durante a Ditadura Militar do Uruguai.

A gestão de Tabaré também se destacou pela promoção industrial do país, com o acordo firmado com a UPM-Kymmene, empresa multinacional finlandesa, para construção de uma segunda fábrica de celulose de eucalipto no Uruguai. Com US\$ 2,7 bilhões em investimentos por parte da UPM, a construção da Planta Paso de los Toros foi planejada para acontecer até 2023, no município de Durazno, que fica no distrito de mesmo nome, na região central do país. Além disso, o acordo previa um investimento da empresa de US\$ 350 milhões no Porto de Montevideu, em instalações às margens do Rio Negro.

A medida gerou protestos tanto entre uruguaios, como entre argentinos, preocupados com a geração de resíduos nas águas. A primeira fábrica de celulose do Uruguai, também da UPM, é situada em Fray Bentos, fronteira com a Argentina. E há evidências de que o Rio Uruguai, que na localidade corta os dois países vizinhos, recebe resíduos da fábrica. A oposição à construção da Planta Paso de los Toros argumentava, pois, que a nova construção geraria resíduos no Rio Negro. A construção, porém, não foi interrompida.

Diante disso, conforme pesquisa realizada pela Equipos, entre 22 de fevereiro e 11 de março de 2019, a aprovação popular da gestão de Vázquez era de 28%. Esse número representa um crescimento de 4 pontos da aprovação, em comparação à pesquisa realizada pela mesma consultora em dezembro de 2018. Porém, a aprovação continuava abaixo dos 30% que o frenteamplista alcançou em 2017.

Já a desaprovação, segundo a Equipos Consultores, em 2019 era de 47%, menor do que os 51% da pesquisa de dezembro de 2018. O estudo apontou, portanto, que o saldo da avaliação da gestão Tabaré passou de -27, em dezembro de 2018, para -19, em março de 2019. Em março de 2020, entretanto, uma nova pesquisa publicada pela Equipos mostrou um aumento significativo da aprovação do governo, que se preparava para entregar a faixa a Lacalle Pou, eleito em novembro de 2019.

Conforme pesquisa realizada em janeiro de 2020, 54% dos entrevistados responderam aprovar a gestão. Os principais elementos que levaram a essa taxa, conforme os que responderam à pesquisa, foi o fato de que o país não estava atravessando os mesmos problemas econômicos, sociais e políticos que os países da América do Sul e a postura colaborativa e democrática de Tabaré em relação às

autoridades que assumiram o governo, mesmo essas sendo da oposição à Frente Ampla.

Isso incluiu as indicações do então presidente para facilitar o acesso às informações de governo, por parte da equipe que assumiria em breve, sua reunião com Lacalle Pou, bem como a viagem que fez com ele para a posse de Alberto Fernández à presidência da Argentina, em dezembro de 2019 (ZUASNABAR, 2020).

Para adentrar na análise das eleições, proposta para os seguintes tópicos desse capítulo, é importante, além do exposto, uma breve exposição sobre os índices sociais e econômicos do Uruguai às vésperas da corrida eleitoral à presidência. Entre 2016 e 2019, a população em situação de rua aumentou 18,4%, além disso, em junho de 2019, a taxa de desemprego do país era de 8,9%, a maior desde 2007. A estimativa foi de que o país perdera aproximadamente 15 mil postos de trabalho e isso fez, inclusive, com que o então ministro da Economia, Danilo Astori, declarasse que o tema do emprego era o principal problema econômico do Uruguai. E a população demonstrou ainda consternação a respeito da economia ter estagnado e atingido em 2019 o maior déficit fiscal dos últimos 30 anos, representando 4,9% do PIB.

A segurança pública também passou a ser uma questão cara à agenda política, uma vez que a taxa de homicídios no país chegou pela primeira vez em dois dígitos, em 2018, atingindo o número de 11,8 a cada 100 mil habitantes, conforme levantamento do Observatório Nacional sobre Violência e Criminalidade, do Ministério do Interior do Uruguai. Isso acarretou um plebiscito de reforma constitucional sobre a matéria de segurança.

A consulta teve andamento simultâneo às eleições presidenciais e parlamentares de 2019. No dia 27 de outubro, os cidadãos votaram não só em seus representantes políticos, como no tema da segurança. O plebiscito teve origem no projeto “Viver sem medo”, proposto pelo senador do Partido Nacional, Jorge Larrañaga, que também foi pré-candidato à presidência pelo partido. O “Viver sem medo” foi um pacote de medidas que sugeriu conceder aos militares poder de polícia, permitir blitz noturnas e prisão perpétua para quem cometer crimes graves, o que inclui assassinos, molestadores de crianças e autores de homicídios múltiplos.

Capítulo 2- A trajetória eleitoral dos partidos da coalizão de centro-direita

Após a exposição do cenário global, do debate teórico sobre a crise da democracia liberal e as direitas da contemporaneidade, bem como da apresentação do cenário do Uruguai nos anos 2000, o presente capítulo traz os elementos das eleições presidenciais de 2019 no país. Além disso, dividido por seções, o capítulo versará sobre os partidos de direita que concorreram ao pleito.

A partir disso, o 3º capítulo, do marco teórico, então, servirá de arcabouço para investigar dentro das trajetórias partidárias se houve um discurso de uma nova direita nas eleições uruguaias. Para compreender o sistema de partidos políticos do Uruguai, é essencial uma análise sobre os fatos históricos da democracia do país.

É observável na contemporaneidade que o Uruguai acompanhou mudanças ocorridas nos países vizinhos, como no Brasil. Na onda dos golpes militares das décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul, sob influência e apoio da política externa dos EUA, o país também sofreu com golpe cívico-militar, em 1973. Na redemocratização, assim como o caso brasileiro com José Sarney, os uruguaios tiveram no direitista e líder do Partido Colorado, Julio María Sanguinetti, um “governo de união nacional” mais moderado (LOPES; REIS, 2022).

Na década de 1990, também tal como o vizinho maior,

o Uruguai teve os governos neoliberais, com alternância partidária dentro da direita (o blanco Luis Alberto Lacalle foi sucedido pelo segundo mandato do colorado Sanguinetti, e este por Jorge Batlle, seu adversário interno no partido). Após as pioras sociais, com queda na renda da população e duplicação do desemprego e da pobreza (Buquet e Chasquetti, 2005; Carracedo e Senatore, 2016), o país também participou da fase conhecida como “onda rosa”, quando três eleições presidenciais seguidas foram vencidas pela Frente Ampla, a primeira e a última com Tabaré Vázquez e a segunda com Pepe Mujica (LOPES; REIS, 2022, p.2).

Desde o processo de redemocratização que começou em 1984, o país seguiu rigidamente a cartilha da democracia liberal e representativa, uma vez que manteve eleições regulares e alternância pacífica de partidos no poder, sem golpes ou deposição de presidentes. Porém, essa predominância não é novidade do século XXI e associa-se ao contexto histórico do Uruguai.

Nas primeiras décadas do século XX, o país foi uma das primeiras nações a terem leis que favoreciam mulheres e crianças, com amparo social do Estado, bem como leis de garantias trabalhistas. Mesmo antes disso, no século XIX, quando se

tornava independente, com prosperidade econômica advinda da exportação de trigo, carne e lã e níveis de qualidade de vida elevados, o Uruguai atraía um grande número de imigrantes europeus.

Mencionar o grande contingente que recebeu quando ainda era um país jovem é importante, porque, possivelmente, isso contribuiu para que o Estado uruguaio fosse constituído de forma inclusiva a crenças e culturas. Inclusive, mais cedo que outros países, em 1843, o país permitiu o culto protestante no seu território, ainda que a religião reconhecida como oficial do Estado fosse a católica (GUIGOU, 2000).

Além disso, a Constituição de 1830 definia que para ser cidadão era necessário saber ler e escrever; em 1877 foi definida a educação como laica, obrigatória e gratuita; em 1907, sete décadas antes da maior parte dos países da América do Sul, o Uruguai aprovou a lei de divórcio e em 1913 avançou de novo na pauta, ao autorizar mulheres a se divorciarem sem exigência de haver consenso com o marido.

O próximo tópico abordará as características do sistema eleitoral do país, como, por exemplo, o seu sistema de listas. Em seguida, serão apresentados os resultados das urnas em 2019 nas eleições para presidente, em primeiro e segundo turno. No terceiro tópico, haverá uma exposição da trajetória dos partidos de oposição à Frente Ampla no pleito, com base na análise da trajetória política de seus candidatos e de seus planos de governo.

Sobre os planos de governo, será realizada uma análise de conteúdo, que é uma metodologia de pesquisa amplamente utilizada como guia para pesquisas qualitativas no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Conforme Bardin, análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise sistemática que tem como objetivo chegar ao “rigor da objetividade” e à “fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 1977, p.15).

Essa busca é feita a partir de três etapas: Bardin sugere, no entanto, que três etapas sejam cumpridas, sendo elas: pré-análise, que inclui a coleta e organização de material, bem como a definição de hipóteses e objetivos que conduzirão a análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

2.1 O Sistema Eleitoral do Uruguai e os resultados de 2019

Sob a égide da percepção de democracia como busca pelo consenso, que Miguel (2017, p. 23) define como redução da voltagem utópica do deliberacionismo, muitos estudiosos da América Latina consideram o Uruguai o país como um dos

regimes democráticos mais estáveis da região (BUQUET; CHASQUETTI, 2004). Com 176.215 km² de extensão territorial divididos em 19 departamentos (equivalentes aos estados brasileiros), a República Oriental do Uruguai é presidencialista, com mandato presidencial de cinco anos.

E no caso do país, a pessoa que ocupa o cargo de presidência não pode se candidatar à eleição sucessiva, isto é, nas eleições seguidas de seu mandato. O modelo de representação legislativa no país é bicameral, composto por Senado e Câmara de Deputados.

Sua Constituição, ou seja, a lei suprema do país, é de 1967 e foi reformada em 1997 e em 2004. Segundo o documento, o Senado e a Câmara exercem suas competências de forma conjunta, de modo que o Senado é responsável por fiscalizar e abrir julgamento contra eventuais deputados acusados de delitos, além de poder sentenciá-los e, até mesmo, por maioria de dois terços, destituí-los.

Um traço importante do sistema político uruguaio é que o vice-presidente da República ocupa também os cargos de primeiro senador e presidente da Assembleia Geral (conjunto de Senado e Câmara), de modo que atua como a principal ponte de comunicação entre os poderes Executivo e Legislativo. Além do vice-presidente, o Senado uruguaio é composto por 30 membros e a Câmara dos Deputados por 99 integrantes.

O voto no país é obrigatório a todas as pessoas maiores de 18 anos, cadastradas no Registro Civil. A eleição dos parlamentares pela população é de forma direta e secreta e, diferente do cargo da presidência, há possibilidade de serem reeleitos sem limitações.

E para escolhê-los, conforme normas do sistema eleitoral uruguaio, os eleitores votam não em um candidato, mas em uma lista de candidatos apresentada pelos partidos. Nas listas, os partidos políticos apresentam candidaturas múltiplas para cargos legislativos e executivos, menos para Presidente – já que nesse último caso, cada partido apresenta somente um único candidato.

Os critérios para agrupar os candidatos em listas são avaliados internamente pelos partidários e antes do dia da votação, os partidos têm a obrigação de divulgar amplamente suas listas. Na votação, cada cidadão vota através de uma única folha de um partido político de sua escolha e cada voto é representado por uma lista colocada na urna (VAIRO, 2020).

Na contagem, soma-se todos os votos que um partido conseguiu com seus candidatos, através das diferentes listas, e a eleição dependerá do número de cargos disponíveis. No caso da eleição de deputados, a quantidade de cargos é definida pela quantidade total de votos dos partidos e, dentro de cada partido, os candidatos que vão ocupá-los são determinados de acordo com os votos recebidos individualmente.

O sistema exposto define as eleições no Uruguai desde 1910, tanto as nacionais, como as departamentais, e desde 1996, os partidos políticos só podem apresentar candidaturas únicas para Presidente e Vice-presidente. Foi justamente essa mudança que fomentou a prática de eleições internas prévias às eleições nacionais, dentro dos partidos, para definir os candidatos únicos.

Internamente, elegem-se os integrantes do Órgão Deliberativo Nacional e do Órgão Deliberativo Departamental dos partidos políticos, que são responsáveis por definir os candidatos a deputados, senadores e os candidatos únicos à Presidência. Definidos os candidatos, as eleições internas acontecem simultaneamente, em todos os partidos e em todo o país.

Votar nesse processo é obrigatório às lideranças partidárias e voluntárias aos cidadãos, que não precisam estar filiados a um partido para votar. Na última eleição interna do Uruguai, por exemplo, que aconteceu em 2019, cerca de 30% dos eleitores do país participaram.

Há no Uruguai uma relação tão estreita entre Estado, partidos políticos e sociedade civil que muitos autores da Ciência Política, como Daniel Chasquetti e Daniel Buquet, consideram o país fruto de uma partidocracia (BARREIRO, 1983, p. 2). A palavra significa, em sentido amplo, “o governo dos partidos”, em que as decisões políticas são tomadas pelos dirigentes dos partidos dos parlamentares, pois eles têm uma influência considerável na sociedade (GARCIA, 2020, p. 213).

Pode-se dizer, inclusive, que o sistema partidário uruguaio nasceu junto com o Estado (BUQUET; CASTELLANO, 1995). Depois de ser alvo de disputa entre os impérios espanhol e português durante o século XVIII e da Guerra da Cisplatina (1825-1828), entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina), o país tornou-se independente em 1828, com a assinatura do Tratado de Montevideú.

A primeira Constituição uruguaia é de 1830 e, após sua promulgação, o primeiro presidente eleito foi Fructuoso Rivera, substituindo Juan Antonio Lavalleja. Rivera foi sucedido por Manuel Oribe, que assumiu em 1835 como segundo

presidente da República Oriental do Uruguai e teve sua gestão marcada por reformas políticas e sociais, pelo fortalecimento do nacionalismo uruguaio e pela criação da Universidade Nacional de Montevideú. Entretanto, também foi marcada principalmente por guerras civis.

Em 1836, Rivera e aliados organizaram uma revolta contra Oribe, em razão de sua aproximação e aliança com o presidente argentino Juan Manuel de Rosas, que planejava a união entre Uruguai, Rio Grande do Sul e Argentina para reconstituir o antigo Vice-Reinado do Prata. O quadro desencadeou a Guerra Civil do Uruguai, conhecida como Guerra Grande (1839-1851). Foram quase 12 anos da guerra que levou o Uruguai a uma crise social sem precedentes: houve redução da população, a taxa de analfabetos atingiu 80% e a pecuária, uma das principais bases da economia, estava falida.

No conflito, o militar Oribe e seus partidários utilizavam uma divisa branca na farda, sendo identificados os “*blancos*” e Rivera e seus aliados identificavam-se com fitas e tecidos vermelhos em suas roupas, sendo chamados de “*colorados*”. E isso corroborou para criação do Partido Nacional (blancos) e do Partido Colorado, que até 2005, com a vitória da Frente Ampla, disputaram de forma bipartidária o poder do Uruguai.

Ao longo do século XX, o que contribuiu para a perpetuação dos dois partidos tradicionais foi o papel central do Estado, com forte agenda de benefícios do bem-estar social. Promoveram, em suma, um modelo de desenvolvimento bem próximo ao Estado de Bem-Estar Social (DECRESCI, 2015, p. 52). Porém, após a redemocratização na década de 1980, na esteira da tendência da América Latina,

O PC e o PN tomaram a iniciativa de levar a cabo a transição liberal. Atuando como ‘agenda setters’, promoveram a reforma política, estatal e econômica através das ações de governo, do debate ideológico e das campanhas eleitorais e por meio de políticas “negativas” e “positivas”: ajuste fiscal, privatização, mudanças nas funções do Estado e liberalização econômica, com novas formas de regulação da economia e da sociedade. Dessa forma, os partidos precisaram, ao mesmo tempo, reconverter-se e deixar de lado sua condição de partidos ‘keynesianos’. (LANZARO, 2003, p. 57)

Como consequência, destacou-se a ascensão da Frente Ampla (FA), uma coalizão de esquerda que capitalizou parte do eleitorado pelo descontentamento, além de dissidências políticas, pelas orientações do governo dos partidos tradicionais nos últimos tempos (LANZARO, 2003). A FA surgiu como força política em 1971, a partir da associação de correntes de esquerda e de oposição, tendo como propósito servir

de alternativa pacífica, eleitoral de massas e dentro do marco legal da democracia, haja vista o contexto da época de crescente autoritarismo.

Formava-se por comunistas, democratas-cristão, quadros políticos saídos dos partidos tradicionais, socialistas, e todos os tipos de independentes. Em 2005, ascende ao poder com a vitória nas urnas do médico Tabaré Vázquez e o país que historicamente tinha seu poder dividido entre dois partidos tradicionais, encara uma mudança de paradigma político. Nas eleições de 2010 até 2015, elegeram-se novamente candidatos frenteamplistas e o destaque das gestões foram as pautas progressistas, políticas sociais e regulamentação da cannabis.

Em 2019, o resultado das eleições presidenciais marcou o fim dos 15 anos de governo da FA. A disputa foi acirrada: no segundo turno, Lacalle Pou, vencedor pelo Partido Nacional (PN), recebeu 1.189.313 votos (50,79%), contra 1.152.271 votos (49,21%) do frenteamplista Martínez.

No primeiro turno, entretanto, o primeiro colocado foi Martínez (FA), com 949.376 votos, seguido de Lacalle Pou (PN), com 696.452. Em terceiro lugar esteve o candidato do Partido Colorado (PC), Ernesto Talvi, com 300.177 votos e em quarto lugar o partido Cabildo Abierto (CA), 268.736 votos válidos no candidato Guido Manini Ríos.

No segundo turno, a diferença foi tão pequena que ocasionou em uma situação inédita no país: o desempate entre os dois candidatos em disputa precisou da definição dos “votos observados”. Com 100% das urnas apuradas no domingo, dia 24 de novembro, Lacalle Pou ficou apenas com 1,2 ponto percentual à frente do candidato da Frente Ampla, de modo que a divulgação do resultado, que é historicamente anunciado no mesmo dia da votação, foi adiada.

O Tribunal Eleitoral definiu que era necessário checagem dos “votos observados”, que ao todo somavam 35 mil. Esses votos são de eleitores que votaram em uma zona eleitoral diferente da que estão registrados ou que não são encontrados nos cadastros nos locais de votação, e têm os dados anotados para serem verificados posteriormente.

A lei estabelece que esses votos sejam registrados de modo separado, portanto “observados”, para que depois a Justiça Eleitoral possa confirmar a identidade destes eleitores, incluí-los no cadastro e, assim, validar seus votos. Assim, o resultado foi oficialmente anunciado após a recontagem, no dia 28 de novembro: Lacalle Pou era anunciado vitorioso, com 50.79% dos votos.

Semanas antes, na corrida eleitoral do segundo turno, pelas ruas uruguaias em 2019, a oposição formada por grupos outrora híbridos, dispersos e, até mesmo, adversários, entoou por meses em uníssono: “*Se acabó el recreo*”. Traduzindo para o português, a frase significa “acabou o recreio” e faz menção ao esperado fim dos anos de FA na presidência. Lema de campanha de Maniní Ríos, passou a ser também repetida e carregada em bandeiras de eleitores de Lacalle Pou, principalmente no segundo turno, em que o Cabildo Abierto declarou apoio à sua candidatura.

Ademais, é importante destacar que na corrida ao segundo turno, os partidos de oposição à Frente Ampla formaram uma coalizão denominada de Coalizão Multicolor. Integraram essa frente partidária de apoio ao Partido Nacional para vencer a Frente Ampla o Partido Colorado (PC), Partido Independiente (PI), Partido de la Gente (PG) e Cabildo Abierto (CA).

O Partido de la Gente esteve em sexto lugar entre os mais votados no primeiro turno (entre os onze que concorreram no pleito), com 1,08% dos votos (26.313), e o Partido Independiente esteve em sétimo lugar, com 0,97% dos votos válidos (23.580). Os próximos tópicos serão dedicados a analisar os programas de governo dos partidos que integraram a Coalizão Multicolor, bem como o que foi definido de projeto político e metas pela própria, quando formada.

O objeto de análise elencado é o plano de governo, porque é essencial estudar as palavras e frases que uma agremiação partidária utiliza, quando a finalidade é compreender sua ideologia e posicionamento em relação à sociedade. A linguagem é algo inerente à existência humana e suas condições de organização na sociedade (BAKHTIN, 1981). Através da linguagem, as pessoas situam-se no mundo e integram a sociedade.

E planos de governo, nesse sentido, cabem mais à proposta da pesquisa, que é associada à análise de partidos, que entrevistas e demais formas de comunicação dos candidatos, porque os programas são elaborados tanto pelos candidatos, como pelas demais lideranças e técnicos de um partido.

Para Slapin e Proksch (2008; 2014), os documentos oficiais de campanha refletem a posição ideológica de cada partido. Cada uma das propostas de campanha contém uma distribuição de determinados temas e somente isso já revela o posicionamento de seu discurso. Além disso, os planos de governo publicados no período eleitoral são de extrema relevância no processo uruguaio, na medida em que é uma exigência da Corte Eleitoral, para que os partidos estejam aptos a concorrer.

A Lei 18.4856, que regula as eleições, determina que os planos devam ser apresentados até 30 dias da data da eleição nacional. Os planos de governo são, pois, documentos essenciais ao funcionamento institucional das eleições uruguaias e ao exercício da cidadania pelo sufrágio.

No tópico seguinte, serão analisadas as histórias dos partidos e dos candidatos e seus planos de governo em 2019 do Partido Nacional, Partido Colorado e Cabildo Abierto. A apresentação será nessa ordem, porque é a ordem que ficaram colocados na votação do primeiro turno e sua soma de votos representou cerca de 56%. Depois, será analisada a Coalizão Multicolor, formada para o segundo turno contra a Frente Ampla.

2.2 A campanha dos Blancos

O Partido Nacional (PN) também chamado de Partido Blanco, como mencionado, é um dos dois partidos tradicionais da República Oriental do Uruguai, fundado nos primeiros anos do século XIX, no mesmo contexto do Partido Colorado. Os Blancos passaram a ser os que se identificavam com o presidente Oribe e os colorados foram associados aos que apoiavam Fructuoso Rivera (presidente entre 1830-1834).

Historicamente, o PN era associado às regiões do interior e à produção primária e atualmente assume majoritariamente uma postura de centro-direita. Internamente, entretanto, é complexa e diversa a formação do partido, que possui segmentos que vão de centro-esquerda até conservadorismo. Inclusive, há a ala que é chamada de “Blancos Zurdos”, ou “Blancos Canhotas”, na tradução livre para o português, por seguirem diretrizes associadas à esquerda progressista.

Há duas correntes principais entre os Blancos: Herrerismo e Wilsonismo. O Herrerismo inspira-se em Luis Alberto de Herrera, líder histórico do Partido Nacional por mais de 50 anos com diretrizes conservadoras, políticas associadas à Direita e preceitos econômicos liberais. O Wilsonismo, por sua vez, fomenta-se a partir dos princípios ideológicos de Wilson Ferreira Aldunate, reconhecido por sua luta contra a Ditadura Civil-militar uruguaia (1973-1985).

Os partidários ligados à corrente Wilsoniana associam-se às questões de aspecto social e, em geral, reconhecem-se como sociais-democratas, centro-esquerdistas ou centristas. Sua principal bandeira é, em suma, a liberdade, condições de bem-estar social e nacionalismo. Em 2019, os candidatos do Partido Nacional eram

o advogado Luis Lacalle Pou, da corrente Herrerista, à presidência e Beatriz Argimón, líder do movimento feminista blanco, à vice-presidência.

Luis Alberto Lacalle Pou, à época com 46 anos, já era conhecido da política uruguaia. Filho do ex-presidente Luis Alberto Lacalle¹³, Lacalle Pou foi eleito deputado pela primeira vez aos 26 anos, em 1999 pelo Partido Nacional, representando o departamento de Canelones. Além disso, foi reeleito em 2004 e 2009 e ocupou o cargo de Senador da República entre 2015 e 2019, quando então concorreu ao Executivo.

Já havia se candidatado antes à presidência, em 2014, tendo sido derrotado pelo frenteamplista Tabaré Vázquez no segundo turno. Lacalle Pou vem de uma família política de trajetória de centro-direita, mas define-se como muito religioso e conservador em valores tradicionais e como social democrata em alguns tópicos sociais.

Por exemplo, em 2011, como deputado propôs o primeiro projeto de lei para legalização de cultivo de Cannabis para consumo próprio da América Latina. Além disso, votou a favor do projeto que propunha que as pessoas transgênero fossem reconhecidas pela identidade de gênero que escolheram, e não pelo sexo de seu nascimento.

Durante seus três períodos como deputado, Lacalle Pou apresentou 177 projetos de lei, incluindo projetos que apresentou sozinho e que participou em conjunto com outros parlamentares. Algumas propostas revelam uma postura mais dura em relação à segurança pública, como seu projeto apresentado antes de 2014 para redução da maioria penal e o projeto de manter antecedentes criminais praticados antes da idade adulta.

Apresentou, ainda, um projeto de regulação do direito à greve e proibição de ocupação, em manifestações, de ambientes de trabalho. Em matéria de gênero, Lacalle Pou apresentou três projetos: um para garantir às mães menores de idade que possam registrar seus filhos; um projeto para criminalizar o assédio moral no ambiente de trabalho e outro para criação do Dia da Igualdade Salarial.

Como senador, o político apresentou 20 projetos sobre temas bem diversos, como o uso de milhas de viagens acumuladas em viagens oficiais do Governo para custear o transporte de pacientes que precisam de tratamento de saúde no exterior, a

¹³ Luis Alberto Lacalle governou o Uruguai entre 1990 e 1995 e até a vitória de seu filho havia sido o último presidente Blanco do país. Seu legado é conhecido pela forte atuação neoliberal, com privatizações e cortes no funcionalismo público.

criação de um registro nacional de assediadores e pedófilos e quebrar a imunidade parlamentar em casos de delitos cometidos pelos representantes.

Na sua legislatura entre 2005 e 2010, votou contra o projeto mencionado no capítulo anterior, de criação de um Sistema Nacional Integrado de Saúde. Além disso, entre 2010 e 2015, votou contra o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo e entre 2015 e 2019 votou contra a Lei Integral para Pessoas Trans. Porém, não apoiou o referendo feito por Carlos Lafigiola, deputado de seu partido, nem apoiou o projeto "Vivir *sin miedo*" de seu companheiro de bancada Jorge Larrañaga de reforma da Constituição, para endurecimento das leis penais e medidas de segurança pública, como o tópico que solicitava pena perpétua no Uruguai.

Durante a campanha à presidência em 2019, reforçou ser um liberal e que não recuaria em relação aos direitos sociais conquistados no Uruguai, ainda que se declarasse extremamente católico e, por isso, fosse pessoalmente contra o aborto. Entretanto, sinalizou que Pablo Bartol, professor e colunista da imprensa, conhecido no Uruguai por ser membro da Opus Dei, seria uma indicação possível de seu governo ao Ministério de Desenvolvimento Social.

Isso foi apontado como um perigo pela oposição. O Opus Dei é uma instituição da Igreja Católica, com adeptos no mundo todo: com mais de 90 anos de existência, reúne 90 mil membros em 68 países. É considerado uma força conservadora e tradicionalista dentro da Igreja que, entre outros elementos, reforça a posição submissa da mulher em relação ao homem, a necessidade de celibato e práticas de mortificação corporal.

No plano de governo 2020-2025 percebe-se uma mudança contundente em relação ao plano que apresentou nas eleições de 2014: o programa mais antigo, colocava em primeiro lugar as propostas à Segurança Pública e, em seguida, saúde, seguridade social e meio ambiente. No programa 2020-2025, por sua vez, o Partido Nacional focou primeiro o tema da economia e da necessidade de um Estado eficiente economicamente, com sua redução e descentralização.

Quando Lacalle Pou foi Presidente da Câmara de Representantes, entre março de 2011 e março de 2012, ganhou notoriedade popular por, pela primeira vez desde a redemocratização do país, a Câmara devolver mais de 2,5 milhões de dólares que recebeu do Orçamento Federal, por "razões de boa administração".

Para a presidência do Uruguai, que agora ocupa, prometia no plano de governo, em 2019, redução do Estado através de "medidas de austeridade", com meta

de economizar US\$ 900 milhões anuais. O projeto incluía, entre outras coisas, nenhuma nova contratação de funcionários públicos.

O partido lançou-se na corrida eleitoral com o slogan “Um partido preparado para governar”¹⁴. Logo na introdução do documento do Plano de Governo, percebe-se a tônica da estratégia partidária: a Frente Ampla é um obstáculo a ser superado, para que a República Oriental do Uruguai supere o momento que, de acordo com o plano, é de economia estagnada, crise da educação, desemprego, déficit fiscal, aumento da dívida pública e problemas de segurança pública. “Un Uruguay mejor es posible, y para construirlo hace falta cambiar al partido de gobierno”¹⁵ (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 2) é a frase que abre o documento.

Ao longo da apresentação, outras duas críticas são feitas à gestão da FA: burocracia desgastada e o fato de ter maioria no Parlamento. A justificativa para esse último ponto é a de que incluir outros partidos políticos na gestão do país promove o diálogo e a construção de acordos– “construir pontes, ao invés de levantar muros” é a metáfora que utilizam.

Ademais, alegam que nos últimos anos visitaram o país para escutar e reconhecer as necessidades dos uruguaios e formaram equipes técnicas de alto nível para elaborar propostas sólidas. Ressaltam que há unidade no partido e também interesse em estabelecer acordos com outras forças políticas, porque “chega um tempo novo para todos os uruguaios”. O plano de governo está dividido em cinco tópicos: 1) Uma gestão que cuida do dinheiro de todos; 2) Reativar a produção e o emprego; 3) Recuperar a convivência; 4) Integração social como tarefa de todos e 5) Apostar no conhecimento e na cultura.

O primeiro, como o título sugere, trata da economia e da gestão do dinheiro público. Na apresentação do tópico, a Frente Ampla é citada novamente como governos que foram os mais ricos da história do país e que fizeram uma má administração desse dinheiro, acarretando em déficits. A solução colocada pelo partido é equilibrar as contas sem responsabilizar os cidadãos, isto é, sem ajustes fiscais que pesem no bolso das pessoas.

¹⁴ Tradução livre para o português, realizada pela autora, bem como todas as demais traduções realizadas ao longo do capítulo do espanhol para o português.

¹⁵ Em tradução livre para o português: um Uruguai melhor é possível e, para construí-lo, é necessário mudar o partido do governo.

Propõe-se governantes responsáveis e austeros, um Estado que “deixe de gastar com “programas que em nada colaboram e multiplicação de cargos desnecessários”, incorporação de tecnologia nos investimentos, políticas públicas mais inteligentes e melhor coordenadas, e aqui percebe-se de novo o tom de crítica à FA, e uma “cultura de governo que deixe de festejar o aumento de gastos como um fim em si mesmo e festeje a melhoria de resultados”.

Para tratar da área da Segurança Pública, é mencionado no plano de governo o título “Recuperar a Convivência”, expressando a ideia que explora nos parágrafos primeiros da sessão de que durante os 15 anos de Frente Ampla o país deixou de ser seguro, como “foi durante muitos anos”. Estabelecem, também fazendo menção indireta às noções progressistas de esquerda e direitos humanos da FA, que não há contradição entre segurança e direitos humanos.

Para expor as propostas de ações para segurança, o tema é dividido em: a) Segurança Cidadã; b) Seguridade Social; c) Segurança Viária e d) Segurança Ambiental. É em Segurança Cidadã que é tratada a segurança pública propriamente dita, da população diante da criminalidade, nosso objeto de análise. O assunto é introduzido, tal qual os demais elementos mencionados dos documentos, com um quadro negativo dos últimos anos, como ilustra o seguinte parágrafo:

Entre el inicio de este gobierno y fines de 2017, las rapiñas aumentaron un 40% y los hurtos un 35%. La reincidencia sigue siendo del orden del 60%. El año 2018 fue récord histórico en materia de homicidios. Por primera vez en nuestra historia, en tiempos de paz hubo más de una muerte violenta por día. Frente a esta profunda crisis, nos proponemos impulsar un conjunto de medidas que provoquen un shock de seguridad.” (PARTIDO NACIONAL, 2019, p. 76).

As principais propostas trabalhadas são, em suma, de ampliar o poder da Polícia sobre a pasta de segurança e seu poder para prevenção e dissuasão do crime. Para isso, apontam algumas práticas, como formação de um sistema de gestão entre Polícia Nacional e Ministério do Interior, que integre ações e monitore dados obtidos; devolver a autonomia e independência técnica e funcional a das Direções Gerais de Luta contra o Tráfico Ilícito de Drogas; aumentar a pena para tráfico de cocaína em todos os estados; aumentar tempo das penas privativas de liberdade para menores infratores; realizar auditoria do sistema penitenciário; construir uma cadeia de segurança máxima e criar um Serviço Penitenciário Nacional. Em Seguridade Social, é tratada a questão da aposentadoria.

A sessão começa com a frase “o futuro de nossa segurança é motivo de preocupação”, com a justificativa de que era previsto para 2019 um déficit de mais de 800 milhões de dólares para a área. Entretanto, não se considera a possibilidade de corte na aposentadoria, pelo contrário, afirma-se que nos próximos anos a população de idade superior a 60 anos superará a de 15 anos e que todos têm direito a uma aposentadoria segura. Coloca-se como desafio um sistema economicamente sustentável, sem “mudar as regras do jogo para quem está há anos acumulando”.

Para isso, são exploradas as seguintes diretrizes: pensar o futuro da seguridade social reconhecendo as mudanças que acontecem no mundo; melhorar a eficiência do gasto em seguridade, aplicando novos instrumentos ou adequando os mesmos, para que o Estado foque suas ações na população com menos recursos; favorecer a inclusão dos uruguaios que ainda permanecem fora do sistema de aposentadoria; fortalecer o pilar da poupança individual, como mecanismo de defesa de ativos de aposentadoria dos trabalhadores e de financiamento de projetos produtivos. Para implementar tudo isso, é proposta uma comissão multipartidária de especialistas com prazo de um ano para avaliar a situação, identificar cenários e definir uma estratégia de reforma da previdência.

Em Segurança Viária, trata-se, como o nome sugere, da segurança no trânsito. A seção trata como grave e alarmante os registros de acidente no trânsito no país: é destacada o número de 26.123 pessoas lesionadas em acidentes de trânsito no ano de 2018, o que representaria 72 pessoas lesionadas por dia e dessas 528 mortas, com uma taxa de 1,44 mortos por dia em acidentes. E o tópico é encerrado tratando da questão ambiental. A questão do desemprego é tratada no segundo capítulo do Plano de Governo, que tem como título “Reativar a produção e o emprego”.

A geração de emprego está diretamente associada no plano de governo à da atividade econômica, empreendedorismo, suporte às empresas, dinâmica da economia nacional e abertura ao capital estrangeiro. São estabelecidas, desse modo, seis linhas de ação: fomento à atividade empreendedora; desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas; reorientação das políticas de inserção internacional do país; reforma das relações trabalhistas; fortalecimento da infraestrutura viária, ferroviária e portuária e gestão eficiente de empresas públicas.

Entre as propostas, estão a criação de uma Estratégia Nacional de Empreendimento, com políticas públicas coordenadas de apoio aos empreendedores; programas de internacionalização de empresas e apoio a startups e diminuir os

impostos para empreendimentos menores, reestruturando o regime fiscal. Sobre a inserção internacional, a gestão da Frente Ampla é acusada no documento de pautar o tema por “afinidades ideológicas” e posicionamento partidários, como o posicionamento em relação à crise na Venezuela.

De acordo com o plano do Partido Nacional, isso significou um retrocesso e rompimento com uma política externa de defesa dos Direitos Humanos, princípios democráticos e Estado de Direito. Aponta como uma política de partido e não de defesa do interesse nacional. Sobre isso, as principais propostas são: um acordo multipartidário para traçar um projeto de Política Externa; dar a jurisdição da pasta ao executivo, sobretudo ao Ministério das Relações Exteriores, que exercerá uma política alinhada aos princípios do Direito Internacional, como solução pacífica de controvérsias; Estado de Direito e Direitos Humanos e fortalecer as trocas econômicas no âmbito do Mercosul, da Organização Mundial do Comércio, sem excluir diferentes possibilidades de comércio internacional e redução de fronteiras, com prioridade à cooperação Sul-Sul.

O programa traz ainda uma crítica negativa à Frente Ampla por firmar um tratado de livre-comércio com o Chile e de não participar do Trade In Services Agreement (Tisa), que inclui EUA e vários países da Europa e da América Latina. Isso demonstra a postura globalista e abertura do PN a acordos internacionais em sentido amplo, em prol do desenvolvimento comercial.

Sobre a eficiência das empresas públicas, o plano sugere flexibilização da governança pública para dar espaço à privatização de alguns setores, com abertura parcial ao mercado de capital. A proposta é impulsionar parcerias público-privadas principalmente no setor de energia elétrica e de combustível. A respeito do tema de relações laborais, as propostas práticas são amplas e, novamente, apontam para criação de comissão técnica multipartidária e de especialistas no tema para alinhar medidas nacionais.

Entretanto, percebe-se a linha que o partido segue sobre o tema, quando é criticado o suposto incentivo dos governos frenteamplistas a ocupações e greves pelos trabalhadores. Trata-se isso como incentivo ao conflito que, para o Partido Nacional, deve ser exceção. É mencionada a importância de seguir diretrizes de tratados internacionais sobre trabalho que o Uruguai integra e também a necessidade de otimizar o sistema legal, para facilitar o diálogo entre empregadores e empregados

e dinamizar a negociação coletiva, ou seja, flexibilizar as leis trabalhistas e promover decisões a partir de acordos individuais.

As diretrizes do Partido Nacional para a economia podem, portanto, ser traçadas a partir do exposto: seguem tradições liberais de centro-direita do partido, com prioridade à flexibilização das leis trabalhistas, privatização do setor público, apoio ao empreendedor e redução da máquina pública, sob a busca por “desburocratização, dinamização e eficiência”.

Uma das principais propostas para a economia, que é tratada diretamente associada ao investimento público, é a criação de uma regra fiscal que estabelece um teto de gastos públicos e diminuição da dívida pública e de uma política monetária que priorize a contenção da inflação e seja independente de outras políticas macroeconômicas. Ademais, é também colocada como proposta econômica a revisão da política tributária, de maneira a reduzir as taxas de impostos pagas pelos contribuintes.

2.3 O Partido Colorado em 2019

Bem como o Partido Nacional, seu histórico principal opositor, o Partido Colorado é um dos partidos mais longevos do continente americano. O PC carrega o legado de ser o partido que mais vezes governou a República Oriental do Uruguai: esteve à frente do governo entre 1839-1852; ininterruptamente de 1865 a 1959; de 1967 a 1973; de 1976 a 1981; de 1985 a 1990 e de 1995 a 2005.

O líder colorado José Batlle y Ordoñez (1856-1929), que governou o Uruguai em dois períodos (1903-1907 e 1911-1915) é considerado uma das principais lideranças na história do país. Tamanha é sua relevância, que se considera que o político foi responsável pelo fenômeno, o “batllismo”, que foi pilar à matriz institucional e materialização da forte cultura democrática uruguaia, bem como fundador do Estado de Bem Estar Social no país (GADEA, 2018, p.3).

Na gestão de Battle, foram introduzidos no Uruguai direitos sociais, como por exemplo a jornada de trabalho de oito horas diárias (1915), e foi abolida a pena de morte (1909). Por isso, por muito tempo o partido foi associado à Centro-Esquerda. Entretanto, cabe destacar um elemento de extrema relevância ao se analisar os partidos tradicionais uruguaiois – PN e PC.

Há um aparente vazio ideológico dos dois partidos, que pode ser atribuído ao fato de que, ao longo da história, pouco se posicionaram, de forma contundente e sob

a sigla partidária sobre diversas questões, como economia e política externa (FIGUEROA, 2012, p.2). No processo de configuração do PN e do PC, que ganhou força entre 1910 e 1934, inclusive, não houve embate ideológico entre eles que, pelo contrário, passaram a coexistir pacificamente (CAETANO; RILLA, 1991).

Além disso, sua configuração pode ser associada ao formato de partidos *catch-all*, como cunhou o teórico dos partidos Otto Kirchheimer para partidos com redução acentuada de ideologia no partido; diminuição do papel do militante individual no partido; redução da importância concedida a uma classe social de referência ou a uma clientela religiosa específica e a abertura a diversos grupos de interesses.

Ambos partidos, em seu anterior, são altamente fracionados, ou seja, com diversos grupos de interesse. E para se analisar a posição ideológica no caso de corrida eleitoral presidencial, como a análise da presente dissertação, é necessário, sobretudo, depreender a corrente partidária a qual pertence o candidato.

Tamanho é o fracionamento dos partidos Colorado e Nacional, que alguns analistas da política uruguaia negam que o país tem um histórico bipartidarismo, como Lindahl (1962), que considera que, na verdade, o Uruguai é multipartidarista desde o início do século XX, mas todos os potenciais partidos estiveram encobertos dentro das siglas do PC e PN. Cada fração partidária seria, portanto, um partido (GONZÁLEZ, 1993, p.31).

O candidato à presidência em 2019 pelo partido foi Ernesto Talvi, economista com doutorado em economia pela Universidade de Chicago. Historicamente, a escola econômica de Chicago, tendo como expoentes George Stigler e Milton Friedman, reforça a importância e a eficácia do liberalismo econômico, rejeitando o Keynesianismo e qualquer regulamentação estatal na economia.

Entretanto, Talvi define-se como adepto do *Batllismo*, que, em suma, defende que o Estado controle e invista nos setores de serviços essenciais, como educação. O economista tem uma longa trajetória como economista no sistema financeiro, tendo sido chefe do Banco Central do Uruguai na década de 1990, e ingressou oficialmente na vida política em 2018, quando lançou o setor Ciudadanos, dentro do Partido Colorado, e meses depois anunciou que se candidataria às primárias para ser candidato à presidência pelo partido em 2019.

O Ciudadanos define-se como a renovação necessária do PC, além de declarar-se um grupo humanista, defensor dos direitos humanos, progressista em

relação aos direitos sociais e a favor da inclusão do Uruguai no mundo, com estratégias de abertura do comércio e posturas atuantes em órgãos internacionais.

Com quase 54%, Talvi ganhou as eleições internas do ex-presidente Julio María Sanguinetti e seu segmento no partido é visto como a oportunidade de fortalecimento do Colorado que, como o próprio candidato declarou em entrevista à Folha de São Paulo (2019), havia se transformado em “um partido pequeno, mais conservador e condenado a ser um sócio menor do partido Nacional”.

Isso porque o desempenho do tradicional partido preocupava seus dirigentes e partidários. O partido que havia liderado a abertura política na década de 1980 e que havia ocupado a presidência por 15 anos após a redemocratização, viu-se totalmente marginalizado da disputa política. Desde a eleição de 2004, o partido estava em terceiro lugar nas eleições, com menos de 15% dos votos.

Ainda na referida entrevista à jornalista Sylvia Colombo, do jornal Folha de São Paulo, em Montevideu em outubro de 2019, Talvi declarou-se um progressista e afirmou que, se eleito, as leis de garantias de direitos civis do Uruguai, como regulamentação do cultivo de cannabis e direito ao casamento homoafetivo, seriam não só mantidas como ampliadas. Na ocasião, o candidato do Partido Colorado destacou ainda que queria fazer “muito” para ampliar a participação e a voz de imigrantes, da população negra e “outras minorias” na sociedade uruguaia.

A partir do plano de governo intitulado “Un pequeño país modelo”¹⁶, a campanha do Partido Colorado à presidência em 2019 girou em torno de um projeto de retomada do *Batllismo* no país, na medida em que a frase do título, utilizado também por Talvi em seus pronunciamentos em comícios e entrevistas, inclui uma fala de José Batlle y Ordóñez, em 1908 em Paris: “Eu penso aqui no que poderíamos fazer para construir um pequeno país modelo”.

Diferente do plano de governo do Partido Nacional, o do Partido Colorado não conta com uma introdução, começando direto, após a capa, com o índice e as seções de propostas. Além disso, o documento chama atenção pelo número de páginas: enquanto o do PN conta com 176 páginas, o do PC tem 324, trazendo em seu encerramento, na 324^a página, o pronunciamento de Talvi sobre o projeto apresentado.

¹⁶ Em tradução livre para o português, “Um pequeno país modelo”.

O documento é dividido em seis seções, sendo elas, respectivamente: 1) Gestão macroeconômica; 2) Desenvolvimento econômico; 3) Desenvolvimento setorial; 4) Política sociais; 5) Convivência e segurança cidadã e 6) Estado de direito e valores republicanos. Cada tópico conta com subdivisões e cada uma começa com uma exposição da situação do assunto, como política fiscal, no Uruguai de 2019, seguido do que o partido planeja para o tema e suas propostas.

Bem como o plano dos Blancos, o projeto do PC começa também dando ênfase à economia do Uruguai. Entretanto, suas medidas são demonstradas de forma extremamente técnica, utilizando-se de aporte teórico da econômica e dados históricos do desempenho do Uruguai. Diferente do projeto analisado anteriormente, o Colorado não faz juízo de valor a respeito da Frente Ampla.

A primeira seção, como o título sugere, traz os planos e propostas do partido para as políticas fiscal, monetária e tributária, bem como para o sistema financeiro, previdenciário e de gasto público. As propostas para a gestão Talvi são de uma política fiscal responsável, com criação de um comitê fiscal independente do Estado, com analistas, acadêmicos e servidores públicos, mas com atuação autônoma, trazendo os exemplos o Chile, Bélgica e Reino Unido.

Além disso, é proposta a redução de gastos públicos, com redução do quadro de servidores, redução de gastos, bem como uma plataforma de transparência sobre os gastos do Estado. O projeto também sugere parcerias público-privadas (PPPs), para que o setor privado preste serviços públicos e uma reforma da previdência. Sobre a política monetária, o documento afirma que nos últimos 12 anos a política executada pelo Banco Central do Uruguai foi incapaz de controlar a inflação no país, que está, de acordo com o partido, acima da média do mundo e da região, à exceção da Argentina.

Para tanto, a solução apresentada é a criação de métodos para ampliar as divisas e os investimentos no país. Para isso, propõe apoio a novos empreendimentos e a pequenas e médias empresas e o estabelecimento de um marco regulatório que facilite e incentive plataformas de Fintech no país, na medida em que essas são instituições financeiras baseadas em plataformas tecnológicas com grande potencial à economia.

Na segunda seção, sobre desenvolvimento econômico, o texto começa trazendo a necessidade de inserção comercial internacional do país, com abertura a novos mercados e alianças. Nesse ponto, o partido critica as altas barreiras tarifárias

para exportações, novamente trazendo o caso do Chile como um exemplo de boas práticas a serem seguidas.

O documento aponta, ainda, que o Uruguai tem acordos de livre comércio com países que representam apenas 7% da economia mundial, enquanto o Chile alcança 83%. Com isso, faz uma crítica ao Mercosul, por não ter conseguido “resultados relevantes em matéria de inserção comercial em relação ao Tratado de Livre Comércio com o Chile”. O plano de governo menciona que, sendo a China o principal destino de exportações de bens do Uruguai, é necessário um projeto de acordo comercial com o país.

A proposta dos Colorados ao desenvolvimento econômico em 2019 esteve, portanto, associada a um viés liberal da economia, de abertura de fronteiras para o comércio, bem como o incentivo às exportações com redução do protecionismo nacional. Para isso, o plano propõe: atuação forte de diplomacia comercial; participação ativa uruguaia em negociações internacionais; modernização e flexibilização do Mercosul.

O documento também traz proposta de investimento e promoção da produção de conhecimento em tecnologia no Uruguai, com investimentos, por exemplo, em universidades e projetos de pesquisa. E ainda cita a necessidade de se ampliar as facilidades e apoio ao empreendedorismo, na medida em que, apesar de alguns avanços como aprovação pelos parlamentares da Lei de Promoção de Empreendimento,

na hora de empreender, os uruguaios ainda enfrentam diversas dificuldades, como a desinformação, elevadas obrigações impostas, travas burocráticas, dificuldade de acesso a financiamento, falta de formação, escassa conexão com ecossistemas empresariais mais avançados, entre outras (PARTIDO COLORADO, 2019, p.65)

Para isso, sugere flexibilizar as leis trabalhistas, fomentar na educação pública disciplinas de empreendedorismo e reduzir a taxa sobre empresas, principalmente as pequenas. Um aspecto inovador do programa, que reflete a expertise e a ideologia liberal de Talvi – tal qual a Escola de Chicago que integrou– é a proposta de desenvolver no Uruguai uma indústria de Venture Capital (capital de risco), que é a prática de investimento do setor público no próprio setor, em empresas que são iniciantes em seus mercados.

Ainda na seção de desenvolvimento econômico, o plano de governo traz um tópico denominado Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, em que estabelece

que o desenvolvimento econômico de um país está diretamente associado à proteção do meio ambiente.

Para isso, as principais propostas são de valorizar os órgãos públicos regulamentadores, que para o partido estiveram esquecidos nas gestões frenteamplistas; incrementar a participação popular em decisões sobre temas ambientais; reformulação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Uruguai; investimento em práticas agroecológicas, de modo a incentivar os produtores rurais a promovê-las, através de subsídios e planos de conscientização e fiscalização.

Infraestrutura energética também tem destaque. O documento ressalta que o alto preço de energia elétrica e de gasolina no país, associando este último à suposta má gestão da ANCAP, empresa estatal de produção de petróleo do país, nos anos de Frente Ampla. Para isso, sugerem parcerias público privadas em abastecimento de energia elétrica, de água e saneamento básico, bem como negociações para abastecimento de gás natural e uma taxa fixa de preço de gasolina a ser definida pelo Estado. Além disso, cita a necessidade de modernizar a Administração Nacional de Telecomunicações (ANTEL) e investir no aumento de cobertura de rede, principalmente nas áreas rurais que estariam defasadas.

A 3ª Seção, que leva o título “Desenvolvimento setorial”, trata das propostas para os seguintes setores: agricultura e pecuária; indústria; serviços globais e de logística; turismo; políticas fronteiriças e setor marítimo. O setor agropecuário abre a seção e o partido o define como “o petróleo do Uruguai”, pela riqueza que representa ao país.

O projeto defende que nos últimos anos faltou valorização do trabalho rural por parte de políticas públicas, uma vez que

Nas últimas décadas, um de cada quatro produtores rurais (aproximadamente 12 mil no total), abandonaram a atividade, a maioria pequenos produtores. A alternativa para essas famílias que não tem potencial econômico, ou não possuem acesso no campo a serviços básicos, como educação, saúde e serviços de telecomunicações no meio rural, é migrar para a cidade em busca de oportunidades (PARTIDO COLORADO, 2019, p.117)

E, por isso, compromete-se a trabalhar em conjunto com empreendedores e trabalhadores rurais para mudar esse quadro, com medidas como garantir estrutura e qualidade de transporte nas regiões rurais, buscar acesso dos produtores uruguaios a mercados externos e fortalecer a segurança pública no campo, como contra crimes de abigeato. Além de garantir serviços básicos às famílias rurais e renovar as

diretrizes do Instituto Nacional de Colonização, órgão público que tem a maior extensão de terras no Uruguai.

A população pode ocupar essas terras, apresentando produtividade como contrapartida. Para o Partido Colorado, há necessidade de os beneficiários do Instituto demonstrarem capacidade técnica e condições de levar o empreendimento adiante. Para isso, a proposta do plano de governo é realizar uma auditoria para saber o capital de terras e disponibilizado por “colonos” e avaliar como está a contrapartida desse investimento.

Sobre o setor industrial, o documento afirma que, no contexto de 2019,

O setor enfrenta uma carga fiscal elevada, ao mesmo tempo em que a bateria de benefícios fiscais implementados para melhorar as taxas de investimento no setor são pouco efetivas. As tarifas do serviço público, portanto, se converteram em ferramentas que vão contra o desenvolvimento do setor industrial (PARTIDO COLORADO, 2019, p.128).

Além disso, menciona falta de mão de obra qualificada e atraso tecnológico no país, bem como falta de promoção de sistemas de gestão que integrem meio ambiente, segurança e saúde. Para superar isso, as principais propostas são: políticas de incentivos à Indústria e empresas por parte do governo; flexibilização das leis trabalhistas; revisão de tributos e impostos sobre produção industrial; promoção de tecnologia na produção e incentivo à internacionalização dos mercados.

Um ponto relevante é que o plano traz nesse aspecto uma análise sobre a legalização da produção e uso de cannabis, em 2013, no Uruguai como algo positivo e vanguardista. Entretanto, critica que está lento o processo de desenvolvimento de produtos medicinais e industrializados de cannabis (cosméticos, por exemplo) no país, considerando como proposta fomentar a pesquisa e a industrialização do produto no território uruguaio para acelerar a atração de investimentos e gerar empreendimentos nacionais.

Ademais, para desenvolvimento do setor de serviços, menciona investir em turismo e na elaboração de um plano para o Uruguai ser atrativo a empresas e startups estrangeiras, como seu centro de logística.

Na esfera de direitos sociais, o plano começa priorizando a área da Educação, de modo que, para o Partido, existia naquele contexto uma desigualdade alarmante a ser superada com investimento público em educação. Segundo o documento,

Enquanto 64% dos jovens de nível socioeconômico muito alto completam ensino superior, apenas 13% dos níveis socioeconômicos mais baixos finalizam. Nos últimos anos se investiu pouco na educação, mas a quantidade

de recursos investidos não reflete resultados proporcionais. Se observarmos a evolução da porcentagem de jovens que completaram o Ensino Médio, vemos que em 2006 ocupamos o penúltimo lugar na região e depois de mais de 10 anos seguimos ocupando o mesmo lugar (PARTIDO COLORADO, 2019, p.163).

A proposta é investir na melhoria do ensino, na integração das instituições públicas de Ensino Médio com o ensino universitário, em programas educacionais de profissionalização e construir 136 escolas modelos espalhados nas diferentes regiões do país.

Para a saúde pública, a proposta é fortalecer o Ministério da Saúde, como órgão responsável por diretrizes nacionais de prevenção e cuidado de doenças, bem como de investir em Centros de Referências.

Além de políticas de incentivo aos profissionais da saúde para terem apenas um emprego, uma vez que, segundo o projeto, isso colabora para uma maior excelência no serviço prestado. Em terceiro lugar, o documento apresenta como proposta de garantir o direito à moradia das populações mais vulneráveis, fortalecimento das políticas que já são executadas, além de aumentar a fiscalização sobre ocupações irregulares e fomento de criação de unidades de bairros, para facilitar a comunicação de problemas com moradia da população ao governo.

Em políticas sociais, também são levantadas propostas para promover igualdade de gênero, como contra a violência de gênero e para garantir acessibilidade de pessoas com deficiência, como a criação de um Certificado Único de Deficiência para garantir os direitos dessa população e de um Serviço de Conscientização e Diagnóstico Pré e Pós-natal de Condições Especiais. Também há um tópico com políticas de prevenção contra drogas e cuidado de pessoas adictas, partindo da hipótese de que não há no Uruguai uma política adequada dessa matéria, sobre prevenção, nem igualdade de acesso a tratamento e serviços assistenciais às famílias.

A principal proposta para isso, é tratar a prevenção com educação e o tratamento e a reabilitação com atenção integral e multidisciplinar. Além disso, trata-se das pessoas em situação de rua, que para o PC são um dos grupos mais vulneráveis e excluídos da sociedade uruguaia, de modo que a proposta é garantir que saem dessa situação e tenham uma vida “digna com todos os seus direitos garantidos e necessidades básicas supridas” (PARTIDO COLORADO, 2019, p.227).

Propostas para fortalecimento da arte e da cultura também são incluídas pelo programa de governo em políticas sociais, que destaca a participação do Uruguai em acordos da ONU, da UNESCO¹⁷, entre outros, que consagram a proteção do direito à cultura, enquanto direito humano. Para isso, as principais propostas são: construir pólos de arte e cultura em espaços públicos para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica; difundir o turismo cultural e a exportação da produção artística do país; criação de um selo de “qualidade criativa” para premiar produções nacionais; criar um fundo de apoio ao intercâmbio cultural e exportação do segmento; fortalecer a indústria do audiovisual e reformular fundos de incentivo.

Somente depois de todos os tópicos de propostas de políticas sociais, na quinta seção, é que o programa de governo traz as propostas para segurança pública. Descrevendo o período como o pior do país, em termos de segurança pública, e destacando o aumento de 46% da taxa de homicídios no país, em 2018, o documento sugere um programa de ações multidisciplinares para conter a violência.

A multidisciplinaridade é necessária para o Partido Colorado, porque parte da noção de que as forças policiais somente não são eficazes para a pauta da segurança, que exige também atenção integral do Estado. Na última seção do documento, em Estado de Direito e Valores Republicanos, as propostas são: formação e difusão dos Direitos Humanos na cultura uruguaia; fortalecer métodos pacíficos de resolução de conflitos na população civil, como o órgão uruguaio da Defensoría de Vecinos y Vecinas; Criar um centro de atendimento às necessidades e cuidados de idosos; agilizar os processos de adoção de crianças e adolescentes; criação de uma Defensoria Pública para direitos de recém nascidos; atender os imigrantes no país de forma interdisciplinar para garantir inclusão e integração, bem como garantir seus direitos enquanto cidadãos.

Sobre Direitos Humanos, o programa destaca ainda a necessidade de implementá-los no tratamento do Estado com a população carcerária e no avanço do amparo judicial para casos de violência de gênero.

Assim, encerra-se o programa de governo, com um texto de autoria de Talvi, em que menciona que a seriedade do compromisso que firma com o país é refletida no fato de que 300 pessoas, entre partidários, profissionais e técnicos, foram

¹⁷ UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. É uma agência da ONU especializada das Nações Unidas com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945.

convocadas para formular o documento. Ademais, menciona a grandiosidade do legado de Batlle e a busca por recuperar o status de “a pequena Suíça da América”, em termos de garantias de programas sociais, altos níveis de qualidade de vida e bons índices econômicos.

É possível depreender que Talvi traçou uma estratégia eleitoral focada em captar eleitores de Centro, que pudessem se identificar com a tradição batllista. Bem como eleitores da Frente Ampla que estivessem decepcionados com o partido, mas buscassem um governo de propostas de políticas sociais e forte narrativa de Direitos Humanos.

2.4 O jovem Cabildo Abierto na corrida eleitoral

O Cabildo Abierto foi fundado em março de 2019, com sede na capital Montevidéu, com uma ideologia de direita e sob preceitos de conservadorismo social. É considerado popularmente um partido ligado a militares, principalmente pela figura de Guido Manini Ríos. Entretanto, não há evidências disso e seus filiados, por exemplo, não são formados por maioria militar.

É um elemento que chama atenção de estudiosos e da mídia em relação às eleições uruguaias, uma vez que teve considerável expressividade, ao ficar em quarto lugar na corrida eleitoral e eleger 11 deputados e três senadores. À época da votação do primeiro turno, que aconteceu no dia 27 de outubro de 2019, havia sido fundado há nove meses e o candidato ao executivo exaltava palavras, em suas entrevistas e Redes Sociais, de viés ultradireitista e de pautas sociais conservadoras.

O ingresso de Manini Ríos na vida partidária deu-se diretamente como candidato à presidência, então aos 61 anos de idade, e sua candidatura foi anunciada semanas depois de ser demitido, em março de 2019, do cargo de Chefe do Exército do Uruguai. Sua demissão foi feita pelo então presidente frenteamplista, Tabaré Vázquez, que, conforme comunicado oficial, considerou grave e incompatível com o cargo a postura de Manini de questionar o Poder Judiciário sobre a acusação aos militares de violação dos direitos humanos durante a ditadura militar no país. Para Vázquez, foi inadmissível a falta de respeito à divisão republicana dos três poderes.

A declaração de Manini deu-se porque no mesmo período, a partir de uma matéria publicada no jornal *El Observador*¹⁸, levantava-se a acusação contra ele que, como chefe do Exército, teria ocultado as confissões de crime militar de José Nino Gavazzo.

Gavazzo confessou a um tribunal militar, em 2017, que havia jogado o corpo do militante da Frente Ampla, Roberto Gomensoro, em um rio, após ser torturado e assassinado pelos militares em 1973. Manini Ríos era o comandante do Exército no período em que funcionou esse tribunal que julgou Gavazzo e, por isso, foi acusado de omissão. O processo contra ele, por parte do Ministério Público, foi aberto em setembro de 2020.

Sua ascensão a chefe do Exército foi em 2015, por nomeação de Mujica e, em seguida, na gestão de Tabaré Vázquez, uma série de atitudes que tomou publicamente passou a ser questionada pelo Executivo. Especialmente a partir do Dia do Exército de 2016, em que o militar convocou os militares para ir, como evento oficial, pelos canais institucionais. Em 2018, os episódios de atrito com Vázquez foram mais contundentes, a começar por sua homenagem nas redes sociais ao coronel Artigas Álvarez, irmão do ditador uruguaio Gregorio Álvarez.

Em 2019, em seguida a sua demissão, Manini passou a se pronunciar publicamente como candidato e a colocar-se como um *outsider* da política, com a finalidade de assumir um cargo eletivo para resolver uma suposta situação caótica de desobediência civil, que a FA teria deixado de legado. Pronunciava-se em prol do “respeito a todo tipo de autoridade, educadores, família, polícia”. E no pleito, o candidato e ex-comandante do exército obteve 10.88%, o que equivale a 260.959 votos.

O sobrenome Manini Ríos, no entanto, diferente do *Cabildo Abierto*, não era uma novidade no jogo político uruguaio. Os Manini Ríos são historicamente de uma tradição *riverista* do Partido Colorado, ou seja, que advém dos valores militares e nacionalistas de Fructuoso Rivera. Essa corrente, por sua vez, fazia oposição intrapartidária ao *batllismo*.

O avô de Guido, Pedro Manini Ríos, fundou em 2016 o jornal “La mañana”, com finalidade de promover sua corrente partidária, mas o diário encerrou suas atividades

¹⁸ O veículo é um jornal uruguaio, adaptado às plataformas digitais nos últimos anos e também com circulação impressa. Foi publicado pela primeira vez em 22 de outubro de 1991 e é distribuído por todo o país.

no fim do século passado e voltou a circular em 2019, semanalmente, sob direção de Hugo Manini Ríos, irmão de Guido.

Nos anos 1970, Hugo encabeçou uma organização de extrema direita chamada Juventud Uruguay de Pie (JUP). O tio de Guido, Carlos, foi deputado e senador pelo Partido Colorado, ministro no governo do Colorado Jorge Pacheco Areco (1967), embaixador no Brasil durante a Ditadura Militar Uruguaia e ministro de Julio María Sanguinetti.

O partido Cabildo Abierto consolida-se em torno do discurso que enfatiza a segurança pública e a necessidade de endurecer as leis contra criminalidade, os valores familiares e o conservadorismo social e a Teoria de Gênero Oposta¹⁹. O CA define-se como um movimento artiguista, por inspiração nos princípios do General Artigas, inclusive, Movimento Social Artiguista é o movimento que dá a origem ao partido e era esse o nome solicitado pela sigla na Corte Eleitoral, em um primeiro momento.

O slogan de campanha do Cabildo Abierto “#AgoraUruguai”. O plano de governo inicia tratando do Artiguismo e a importância dos princípios de Artigas para a unificação uruguaia. O documento tem um espaço dedicado ao nacionalismo patriótico do CA, em que o partido rememora o primeiro centenário do chamado ciclo artiguista e define a época como uma das principais revoluções de criação da sociedade uruguaia, sendo pedra fundamental da formação da identidade nacional.

O programa continua essa análise, que se estabelece no final da segunda guerra, em que define que existiu uma adoção “acrítica” de uma ideologia estrangeira. A revisão histórica do CA atinge ainda o período após a Guerra Fria, em que o Uruguai adentra, em 1991, o Mercosul²⁰. Para o partido, nada se fez para evitar a crise bancária, em 2002, que causou desemprego e, nesse sentido, o movimento de integração regional e abertura à globalização foi algo negativo, por não solucionar as crises.

¹⁹ Uma das propostas do Cabildo Abierto era a de revisar os textos escolares, sob o pretexto de que a rede escolar pública fomenta a ideologia de gênero. A teoria “oposta” a isso seria a que se baseia nos princípios familiares tradicionais, heteronormativos e contra as noções advindas da Teoria Queer de diferenciação entre sexo biológico e gênero.

²⁰ Bloco econômico regional, da América do Sul, criado em 1991 com assinatura do Tratado de Assunção. Engloba como membros plenos Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, além de países associados e observadores.

Ademais, segue a linha de raciocínio comparativa sobre como o país evoluiu nos dois centenários de história transcorrida desde então, ao que é explorada a ideia de que no século XXI, o ciclo artiguista é para o Uruguai um momento de inflexão política, em consequência de um saldo negativo deixado pelos quinze anos de gestão da FA.

Esse saldo, conforme o documento, é de pobreza, aumento da “delinquência”, péssimos resultados de educação pública, deterioração dos recursos naturais, desmantelamento da produtividade, assistencialismo clientelista como política pública contra a cultura do trabalho, submissão a agendas sociais que afetam a juventude e desrespeitam a Constituição. Para a desilusão causada pela FA, segundo o plano de governo, a solução é retomar os princípios artiguistas, através do movimento de vocação de justiça a serviço da pátria que o Cabildo Abierto representa.

Em seguida, é tratada a visão do partido:

Desde sua concepção, o Partido Cabildo Abierto parte uma experiência histórica concreta, da encarnação de princípios e compromissos irrenunciáveis com o mandato popular. Desse modo, ele se diferencia daquelas correntes que se apegam somente a teorias políticas abstratas e em modelos matemáticos de gestão, ou a tendências de marketing eleitoral (CABILDO ABIERTO, 2019, p.4).

Expressa que não se identifica com nenhuma classe social, mas com todos os uruguaios, dos diferentes setores sociais, promovendo diálogo entre eles e atuando no marco das leis e da Constituição. Ainda no momento introdutório do Plano de Governo, o Cabildo Abierto denomina-se um “grande movimento que está transformando a política uruguaia de baixo para cima e está destinado a ser, no século XXI, um ator fundamental de construção do país”.

O plano é dividido em 9 capítulos: 1) País produtivo e economia; 2) Segurança; 3) Educação; 4) Saúde; 5) Emprego e relações laborais; 6) Habitação; 7) Meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação; 8) Institucionalidade, relações internacionais e defesa nacional e 9) Cultura, família, gênero, Direitos Humanos, migração, esporte e recreação, diabetes, doença celíaca, adoção, drogadição, terceira idade e bem-estar animal.

A área da Segurança Pública é tratada no segundo capítulo, que inicia apontando o fracasso das políticas públicas da Frente Ampla para a pasta e considerando que isso degradou a qualidade de vida dos cidadãos uruguaios. Como fez o Partido Nacional, o CA trouxe o aumento das taxas de homicídio e criminalidade para ilustrar.

Apontam como resultado do fracasso o narcotráfico, a aprovação do Novo Código do Processo Penal, “prejuízos ideológicos na hora de exercer autoridade” – em menção às políticas progressistas do governo, como legalização da maconha-, e colapso do sistema carcerário. Percebe-se uma associação direta realizada pelo partido entre crime e tráfico de drogas.

A principal proposta para as questões apresentadas é a construção e envio ao Parlamento de um projeto de Lei de Convivência e Proteção Cidadã, com caráter de urgência, que incluam no marco normativo quatro aspectos: Polícia e inclusão militar na gestão do Ministério do Interior; normativa legal sobre segurança; Sistema Carcerário e Combate ao Narcotráfico. Dentro do projeto de lei, pretendia-se, entre outras medidas, dotar o Instituto Policial de todos os meios materiais e humanos para cumprir sua missão, restabelecer o poder policial na pasta de segurança, restaurar a presença da Polícia Comunitária garantindo autoridade policial para os bairros e integrar equipes de policiais desempregados para atuar no meio rural, com objetivo de combater crimes de abigeato, com drones de vigilância.

Os pontos que chamam atenção nas diretrizes do *Cabildo Abierto*, principalmente por serem inéditos em propostas partidárias na corrida eleitoral de 2019, são o da revogação da Lei da Maconha (Lei 19.172/13, que regulamentou há 7 anos o consumo de Cannabis no país) e da flexibilização do porte de armas de fogo, de maneira a “modificar a proibição da posse de armas a qualquer cidadão sem antecedentes criminais”.

A temática do emprego é tratada no capítulo 5, juntamente com a de relações laborais. De acordo com o documento, é papel do Estado em conjunto com o setor privado criar postos de trabalho, porque este é não só uma atividade econômica como um elemento da dignidade humana” (p. 63, 2019). Isto é, percebe-se um elemento moral construído sobre a temática.

As diretrizes traçadas para o tema são, em suma, abstratas, mas se resumem a implementar políticas de geração de emprego e de formação profissional; assegurar benefícios temporários para desempregados, manter e aprofundar o programa “*Uruguay trabaja*” (Lei 18.240), com maior apoio estatal aos setores mais vulneráveis e criar um Programa de Requalificação e promoção de emprego no setor privado, através de parcerias público-privadas.

Coloca-se como projeto para a área de geração de empregos incorporar no país o que é definido no plano como “Quarta Revolução Industrial”, flexibilizando a

segurança laboral e impulsionando a capacitação tecnológica. Ademais, coloca-se como proposta flexibilizar as leis trabalhistas. A economia é tratada no capítulo primeiro “País produtivo e economia”. O capítulo inicia de forma prática e pragmática, pontuando através de tópicos três objetivos macroeconômicos e três fundamentos que guiarão as propostas para pasta.

Os objetivos macroeconômicos são crescimento, estabilidade e emprego e os fundamentos do Cabildo Abierto para economia são disciplina Fiscal, abertura comercial e desenvolvimento competitivo incluyente. Em seguida, são traçadas “pautas básicas”, em que novamente é feita uma construção narrativa de valor moral sobre o tema proposto (neste caso, a economia) associado à representatividade histórica do legal de José Artigas. Segundo o documento,

Un desarrollo socio-económico inclusivo solo se puede lograr mediante la apertura de caminos que conduzcan a la prosperidad y equidad, haciendo que en este siglo XXI el sueño del Gral. José Gervasio Artigas de que “los más infelices serán los más privilegiados” sea una realidad para todos los orientales (CABILDO ABIERTO, 2019, p.9).

É mencionado um projeto de mudança de paradigma socioeconômico, através do fomento de uma economia de mercado que inclui os seguintes elementos mencionados no Plano de Governo: flexibilização das leis trabalhistas, redução da carga tributária e fiscal para empresas, Estado eficiente, respeito pela propriedade privada e liberdade individual, “consciência social”, proteção do meio ambiente e trabalho digno para todos os uruguaios que priorize a igualdade de oportunidades.

Ademais, propõe abertura ao comércio internacional e sinergia entre setor público e privado de infraestrutura, como solução ao que define como gestão ineficaz dos últimos anos somada a fatores de índole política, ideológica e “sindical”. Um ponto que cabe destacar é que o partido sugere medidas corretivas imediatas para tal ineficácia governamental, como redução de gastos públicos. Para médio e longo prazo, propõe reforma fiscal.

2.5 Segundo turno: a coalizão Multicolor

Os índices sociais e econômicos do Uruguai em 2019, apresentados no primeiro capítulo, e as pesquisas de avaliação do governo da Frente Ampla representavam um cenário pior do que em 2009 e 2014, quando o partido de esquerda venceu as eleições. Como nunca antes nos 15 anos, o contexto político e econômico no período de eleições era mais favorável para a oposição do que para o governo.

Em contraste a 2014, em que a FA obteve 47,8%, nas pesquisas de 2019, antes das definições dos candidatos, o partido recebeu aproximadamente 34% das intenções de votos. Nas últimas pesquisas antes das eleições, essa porcentagem subiu para 41%. Assim, a margem de incerteza sobre o resultado eleitoral baseava-se no desempenho que os partidos, bem como o trabalho de imagem de seus candidatos, teriam.

Com uma taxa de participação de 90% dos eleitores, que a Corte Eleitoral definiu como histórica, no primeiro turno com Daniel Martínez, a Frente Ampla ficou com 40,52 % dos votos e Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, obteve 29,77%. Assim, após completar-se a apuração da totalidade das urnas, na madrugada do dia 28 de outubro de 2019, foi confirmado: haveria disputa em segundo turno no Uruguai, entre Partido Nacional e Frente Ampla.

Em seguida do resultado, os candidatos Ernesto Talvi, Guido Manini Ríos, Edgardo Novick do Partido de la Gente e Pablo Mieres do Partido Independiente (PI) declaram apoio à corrida de Lacalle Pou no segundo turno. Em semanas, o Partido Nacional organizou o “Compromiso por el país”, que era um documento de 812 páginas, feito a partir da junção dos programas de governo dos cinco partidos que se juntaram. O material foi enviado pelo PN aos demais partidos, que se juntaram para fazer algumas objeções e deixá-lo em conformidade com as propostas e ideologias de todos.

No dia cinco de novembro era lançada oficialmente a Coalizão Multicolor, para derrotar a FA, com as propostas organizadas em 48 páginas na versão final do “Compromiso por el país”, que terá seus pontos principais apresentados a seguir. Antes, é importante destacar o que a coalizão, no momento da campanha para o segundo turno, representou.

Com a oficialização de apoio dos quatro partidos à candidatura de Luis Lacalle Pou, sua vitória era considerada certa. O único fator que gerava incerteza era o resultado de uma pesquisa da Equipos, de abril de 2019, que apontava 49% de rejeição à figura de Lacalle Pou. Isso poderia prejudicar sua capacidade de concentrar os votos do primeiro turno, porém o medo do Partido Nacional em relação a popularidade do candidato deixou de existir, quando as pesquisas de intenção de votos para o segundo turno apontaram uma vantagem de seis pontos de Lacalle Pou sobre Martínez (FA).

No processo de formação da Coalizão Multicolor, chama atenção a união do Partido Colorado e do Partido Independiente ao Cabildo Abierto, na medida em que durante a campanha para o primeiro turno suas diferenças foram bem marcadas. O candidato do PI, Pablo Mieres, também líder do segmento democrata-cristão do partido, chegou a falar durante a campanha ao primeiro turno que tomava grande distância do que chamava de “bloco populista” da Frente Ampla e de “bloco autoritário” do Cabildo Abierto.

Talvi, por sua vez, reforçava em suas falas que os temas políticos e militares deveriam estar prudentemente separados. Além disso, reforçava que o CA, por ser um partido novo, era uma moda passageira, personalizado em uma única figura criada em pouco tempo e que não haveria como prever seu comportamento democrático. Nas eleições internas do Partido Colorado, o candidato derrotou a ala mais conservadora, encabeçada por Pedro Bordaberry²¹, e a isso se associa, inclusive, muitos dos votos que o Cabildo Abierto recebeu, na medida em que foi a principal agremiação de direita conservadora (NOCETTO; PIÑEIRO; ROSENBLATT, 2020).

. Na campanha para o segundo turno, em novembro de 2019, as propostas da coalizão, no Compromiso por el País, foram divididas em 13 temas, pelos quais, ao assinarem o documento, os 5 partidos comprometeram-se a trabalhar em conjunto, inclusive em sua atuação parlamentar. A divisão dos temas é, respectivamente, a seguinte: Contas do Governo; Gestão e Transparência do Estado; Empresas Públicas; Desenvolvimento Produtivo; Inserção Internacional; Força Policial; Política de Segurança Pública; Educação; Proteção de Vulneráveis; Agenda de Direitos; Trabalho; Saúde e Meio Ambiente.

O documento destaca que algumas propostas foram copiadas tal qual estavam nos projetos dos partidos, que alterações foram feitas com base no diálogo entre os integrantes e que também há propostas novas, com adequação das ideias de cada um. Lacalle Pou afirmou que o Compromiso por el País reunia “o melhor de cada programa”.

Na introdução, que traz um texto escrito na primeira pessoa do plural e, portanto, representando as lideranças dos cinco partidos, destaca-se que até o dia 27

²¹ Pedro Bordaberry foi eleito senador pelo Partido Colorado em 2010. É advogado e filho de Juan María Bordaberry, ditador que deflagrou o golpe no país, em 1973.

de outubro de 2019 foram concorrentes, porém naquele momento já não eram e enfatizaram:

Partindo da diversidade de nossas tradições e nossas ideologias políticas, acordamos em organizar um conjunto de rumos estratégicos que assegurem uma ação de governo sólida e coerente. Cada um desses rumos se traduz em medidas concretas, sobre as quais acordamos e sobre as que seguiremos aprofundando (COALIZÃO MULTICOLOR, 2019, p.2).

No tópico de abertura, após a introdução, com o título “Um Governo com as contas em dia”, as principais propostas são diminuir o déficit fiscal; realizar logo no primeiro ano de gestão, em 2020, uma auditoria das contas públicas e reduzir o gasto público, sem afetar os serviços sociais. Ainda reforça que o objetivo é um Estado menos gastador, mas nem por isso menos ativo, pelo contrário, a proposta é de um Estado que, conforme palavras do programa, “apoie os mais vulneráveis”.

Além disso, propõe-se reduzir os Cargos de Confiança nos órgãos públicos, bem como de assessores políticos contratados pelo Estado. O programa traz a proposta do Partido Colorado de estabelecer uma regra de funcionamento fiscal e a proposta do Cabildo Abierto de reduzir a frota veicular, deixando apenas o imprescindível a cada departamento.

Em Estado Inteligente e Transparente e Empresas Públicas a Serviço das Pessoas que, em suma, tratam da gestão dos serviços públicos, percebe-se que seis propostas apresentadas são tais quais algumas do programa de governo do Partido Nacional e seis são do Partido Colorado. As demais 11 propostas são novas, em relação aos programas do primeiro turno. Para esses temas, a estratégia da coalizão é, em suma, a de reduzir o Estado, com revisão de contratos e através de PPPs, e de garantir transparência, com a proposta de implementação de um pacote de leis anticorrupção.

Na seção Impulso ao Crescimento: desenvolvimento produtivo e melhora de competitividade, são apresentadas 19 propostas e, desse total, percebe-se que quatro são iguais ao do programa do PN, uma do CA, duas do PC e uma é uma fusão entre uma proposta do PN e uma do PC. Em geral, o caminho apontado na seção para o desenvolvimento econômico e industrial é o da redução de tarifas e impostos, bem como do fortalecimento do setor de agronegócios.

Entre as propostas, são destacadas a redução das tarifas sobre combustíveis e energia elétrica, buscar a competitividade internacional do preço da gasolina uruguaia, avançar no desenvolvimento dos setores de telecomunicação e ampliar a

cobertura de rede de Internet no território uruguaio e um plano de segurança na zona rural. A proposta mantida do programa de governo do Cabildo Abierto sugere investimento na agroindustrialização, com criação de programas de incentivo à produção e compartilhamento de conhecimento sobre o setor em universidades, para qualificar a expertise dos produtores rurais e formar novos, com base em soluções tecnológicas.

As propostas dos Colorados de incentivar e fortalecer práticas sustentáveis no campo, com foco na defesa do meio ambiente e de reformulação do Instituto Nacional de Colonización também são elencadas no tema. Do Partido Nacional, o programa de governo herda a proposta de reativar setores do Agro que passam por crises, como das cadeias do leite, do arroz e da viticultura, e, para fortalecimento do setor privado, são mantidas as propostas dos Blancos de fomentar a cultura empreendedora no país e de criar parques industriais.

No tema Inserção Internacional, o programa associa-o diretamente a abertura comercial, flexibilização do Mercosul e ampliação de alianças internacionais, denotando, como exposto anteriormente, um caráter fortemente liberal da economia e característico do espectro político de direita. Entretanto, elimina-se a possibilidade de afeição da coalizão ao movimento das novas direitas, caracterizado no 2º tópico do primeiro capítulo, com o primeiro ponto da seção, segundo a qual a coalizão propunha alinhar a política externa do Uruguai com os princípios do Direito Internacional, à solução pacífica de controvérsias, à democracia, à defesa dos direitos humanos e ao respeito ao Estado de Direito, isto é, as instituições internacionais e respeitando a divisão republicana entre os poderes, que são dois aspectos que a nova direita ameaça.

Duas propostas da temática de Inserção Internacional são herdadas do plano de governo do Cabildo Abierto e enfatizam a competitividade das exportações, com foco no comércio nas fronteiras. A proposta é de reavaliar as taxas ao comércio fronteiriço, para deixá-lo mais competitivo ao Uruguai.

Nesse aspecto, o partido que mais teve propostas incluídas na íntegra foi o Colorado, na medida em que o Compromiso por el País traça como propostas o melhor aproveitamento de acordos comerciais internacionais que o Uruguai já integra, como o Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio, e de um programa de internacionalização de tecnologias uruguayas, com investimentos

para a produção interna. O documento herda ainda a proposta de desenvolvimento de uma diplomacia cultural, do Partido Nacional.

Na seção ‘Uma Polícia Respeitada, uma Sociedade Pacífica’, são expostas as medidas da Coalizão Multicolor para Segurança Pública. É nesse ponto que primeiro aparecem propostas do plano de governo do Partido de la Gente, que é um partido fundado em 2016, e afirma-se como o novo, mas capta, principalmente, o eleitorado de direita do país.

Em seu plano de governo, o então candidato e principal líder do Partido de la Gente, Edgardo Novick, assina o texto de abertura em que traz o lema de campanha “trabalhar duro, administrar bem e ser honesto” e afirma que o partido surgiu da insatisfação da população com direita e esquerda e, por isso, é o que há de novo no sistema de partidos longínquos do Uruguai. Além disso, enfatiza que o foco do partido é o desenvolvimento integral do país, guiado por princípios e valores morais, que leve à prosperidade e igualdade de oportunidades.

Em suma, a seção que versa sobre Segurança Pública no documento da Coalizão Multicolor (2019), é a primeira em que aparecem propostas do Partido de la Gente e uma das que mais conta com propostas dos planos dos partidos, incluindo todos, menos do Partido Independiente. Entretanto, a seção é aberta por uma proposta do Partido Nacional, que dá a tônica ao projeto da coalizão para a Segurança: declarar formalmente estado de emergência nacional em segurança, para exercer os poderes planos, previstos pela Constituição, da força do Estado para preservação da ordem e combate direto ao delito em todas duas formas (COALIZÃO MULTICOLOR, 2019, p. 19).

As propostas são um conjunto de medidas para ampliar a atuação da polícia na sociedade. Ademais, traz também a proposta do Partido Colorado de tratar a criminalidade de forma multidisciplinar, envolvendo não só a força policial, como atuação de serviços sociais e de educação.

A sétima seção “Uma Política de Defesa Adequada ao Século XXI”, que é sobre a atuação das Forças Armadas, tem seis propostas e três delas são do plano de governo do Cabildo Abierto. É, inclusive, uma das diretrizes do CA que abre o tema, sendo ela: assegurar a continuidade da participação em Operações de Paz, no marco da Organização das Nações Unidas e em cumprimento de acordos internacionais assinados, mediante participação de contingentes militares, policiais e integrantes de Estados maiores (COALIZÃO MULTICOLOR, 2019, p. 24).

Além disso, o documento traz as propostas do CA de aumentar o salário dos militares e a presença militar uruguaia na Antártica. Em geral, a coalizão defende investimento nos salários e na modernização das Forças Armadas, para focarem em seu papel de defender a soberania uruguaia frente a possíveis ameaças internacionais e para empreitadas de desenvolvimento de tecnologia e pesquisa no exterior. O papel da ONU é, como se observou, não só respeitado, como valorizado pelo documento.

As propostas acerca da agenda de políticas sociais aparecem a partir do 8º tópico, Transformar a Educação, que é seguido respectivamente pelos outros três tópicos do documento: Proteger os mais vulneráveis; Agenda de Direitos; Proteger o Mundo do Trabalho; Cuidar da Saúde dos Uruguaios. E nesses tópicos percebe-se pelas propostas que a Coalizão defende um Estado provedor de políticas sociais de saúde, assistência social para população de menor poder aquisitivo, bem como fortalecimento do sistema público de saúde que, conforme proposta herdada pelo documento do Partido Nacional, inclui também serviços de saúde mental.

O tópico Agenda de Direitos começa com duas propostas a respeito de combate à desigualdade de gênero: combate à violência de gênero e a violência e discriminação por orientação sexual e fomento de políticas públicas que permitem às mulheres equilibrar o trabalho com as demandas da maternidade.

A polêmica proposta do Cabildo Abierto de combate à “ideologia de gênero” não aparece no projeto da Coalizão, pelo contrário, este reforça a necessidade de ações educacionais para eliminar o preconceito e enfatiza a necessidade de políticas de inclusão de todas as minorias sociais, ou seja, negros, imigrantes, pessoas em situação de rua e, conforme documento, “demais grupos que sejam vítimas de injustiça ou discriminação”.

Um ponto relevante do Compromiso por el País, que inclusive é contraditório à trajetória apresentada por Guido Manini, que o assina, é o que traz o compromisso dos cinco partidos de buscar a verdade sobre os desaparecidos na Ditadura Militar. Na quinta proposta do tópico Agenda de Direitos, estabelecem: “nos serviremos de todos os instrumentos jurídicos disponíveis e adotaremos os recursos necessários para avançar na busca dos desaparecidos, junto com familiares e organizações civis de Direitos Humanos”.

Sobre os empregos no país, a principal proposta é aumentar o piso do salário mínimo no país e promover medidas que condicionem o aumento de remuneração à

produtividade do empregado, bem como incentivar a inclusão dos jovens no mundo do trabalho.

Não é tratada a flexibilização das leis trabalhistas, que foi uma diretriz forte e de grande presença no plano de governo do Partido Colorado. Em saúde, como exposto, a diretriz é de fortalecer o atendimento público e a maioria das propostas são do programa de governo do Partido Nacional.

Depois dos temas que trataram as políticas de serviços básicos e direitos, o documento é finalizado com o tópico “Meio Ambiente e Bem-estar Animal”. Ele começa com a proposta do Partido Nacional de criar um Ministério do Meio Ambiente, para um funcionamento mais ordenado e profissional dos programas ambientais, na medida em que é prevista autonomia técnica da equipe a ser formada.

Ademais, as diretrizes do documento orbitam em torno da fiscalização do cumprimento de leis ambientais em obras industriais, implementação de programas de proteção dos aquíferos e reformulação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, para fortalecer sua fiscalização e estabelecer diálogo dos órgãos de proteção com empreendimentos de ecoturismo, com finalidade de ampliar o turismo de maneira sustentável.

Também são propostas a participação popular em decisões ambientais e, com medida herdada do programa Blanco, a criação de um Programa Nacional de Bem-Estar Animal em Sistemas Produtivos, de um Programa de Controle de Natalidade de Cães e Gatos, um Sistema Nacional de Eco Parques e Reservas Animais e um Sistema Nacional de Saúde para Animais de Estimação.

Capítulo 3- Existiu um discurso de uma nova direita?

Conforme exposto, ao fim da campanha, embora a soma de votos dos cinco partidos no primeiro turno representasse 56% e as pesquisas apontassem seis pontos de vantagem para Lacalle Pou no segundo turno, o candidato da Coalizão Multicolor venceu com apenas 1,5 pontos de vantagem sobre Martínez da FA. Chama atenção que, mesmo com a força de cinco partidos, a vitória do projeto de centro-direita sobre a Frente Ampla à presidência do Uruguai foi tímida.

O resultado além de marcar o fim de 15 anos de governo da esquerda, corroborou que pela primeira vez depois de 18 anos, a partir de março de 2020, o país contaria com um governo de coalizão (PIÑEIRO; ROSENBLATT, 2019). Isso exigiu de Lacalle Pou que organizasse as pastas e ministérios conforme sua base do Partido Nacional e dos outros quatro partidos.

Como observamos, o candidato vitorioso baseou fortemente sua campanha na promessa de reduzir o déficit fiscal do país, mas sem reduzir ou eliminar as políticas sociais da Frente Ampla, que prometeu, até mesmo, ampliar em alguns aspectos. A partir disso, depreende-se que há ainda uma forte cultura do *batllismo* no Uruguai, na medida em que mesmo partidos que se definem à direita, que se posicionam contrários à esquerdista Frente Ampla, reconhecem perante o eleitorado a importância do investimento em uma agenda social.

O próprio Compromiso por el País, acordado entre os cinco partidos, traz entre suas diretrizes os Direitos Humanos, o respeito do Uruguai a tratados internacionais assinados, a necessidade de políticas contra a violência de gênero e a discriminação das minorias e o investimento público para ampliar o acesso da população à Saúde e à Educação.

Sobre o posicionamento partidário da coalizão, é possível observar que o espectro vai do Centro, que é onde se localiza o Partido Independiente, à extrema direita, com o Cabildo Abierto. E é, possivelmente, justamente esse último fator que comunica sinais de que o Uruguai se voltou à onda das novas direitas. Isto é, é principalmente pelo elemento do CA, com liderança militar e bandeira de valores conservadores, que o fim de um governo de esquerda no Uruguai, em 2019, foi por veículos de imprensa e, até mesmo, por estudiosos associado à onda das novas direitas que ganham força no mundo na contemporaneidade e alertaram a região latina, principalmente, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2023) no Brasil.

A partir da análise de conteúdo aqui exposta, bem como dos conceitos de novas direitas do primeiro capítulo, na presente seção do trabalho, será investigado, a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, se houve ou não um discurso de uma nova direita nas eleições presidenciais do Uruguai em 2019. O terceiro capítulo será dividido da seguinte forma: marco teórico; encontrando elementos discursivos e análise.

A escolha da Teoria do Discurso associa-se ao pressuposto da autora da dissertação de que é superficial uma análise sobre a política de um país, a partir de sobre-determinação. Principalmente, quando o caso é o sistema político do Uruguai, que como se pode observar nos capítulos anteriores, tem uma série de especificidades, se comparar o seu sistema partidário, que se constrói desde o século XIX, com os sistemas dos países vizinhos. Ademais, a pouca diferença entre Martínez e Lacalle Pou nas urnas e a permanência da agenda de direitos e inclusão no plano de governo da Coalizão Multicolor, apontam a especificidade do país e diferenças de seu quadro, em relação aos casos de Trump, Bolsonaro, entre outras lideranças citadas no tópico **1.2 As novas direitas**, no primeiro capítulo.

Portanto, para a análise buscou-se nas bases do pós-estruturalismo métodos de elaborar um estudo o menos determinista e mais atrelado ao contexto do Uruguai e seus elementos sociais. Como destaca Mendonça (2020), para compreender o pós-estruturalismo é necessário entender que não é possível reduzi-lo a um movimento intelectual, na medida em que ele é a negação do fundamento, da essência, do fechamento de sentidos e que é compartilhado por diversos filósofos a partir do fim da década de 1960.

A consolidação dessa corrente de pensamento tem suas bases em uma série de discussões, como as análises de Saussure e Lévi-Strauss sobre estruturas do campo da linguagem. A obra de Jacques Derrida, autor que aprofunda a desconstrução fundamentalista, contrapondo, principalmente, as ideias inicialmente levantadas sobre a estrutura e o fundamento, foi uma influência fundamental para as correntes pós-estruturalistas.

A partir disso, começou a se questionar análises feitas com base em modelos pré-determinados e passou a ser enfatizada a importância das análises das relações sociais e sentidos produzidos à época de um fenômeno e no espaço em que acontece e onde interagem seus atores. Sob diferentes lentes teóricas, pode-se dizer que o

pós-estruturalismo ganhou força a partir da precariedade, para alguns autores, do Estruturalismo para explicar identidades e, logo, tecidos sociais.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são um caso de produção pós-estruturalista, na medida em que seu método de compreensão é mobilizar o sistema linguístico, as práticas, os sentidos e as articulações em contextos determinados. No tópico abaixo, analisaremos sua definição de discurso e os principais conceitos da teoria.

3.1 O marco teórico: a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

O objetivo desta seção é apresentar uma teoria que é disruptiva na Ciência Política, pela nova forma que apresenta de análise do social. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desenvolveram a Teoria do Discurso a partir de 1985, pensando poder e discurso como centrais para compreender fenômenos e relações sociais. Aqui a definimos como disruptiva, porque, até a teoria ser desenvolvida,

A realidade era entendida como algo externo à consciência e independente dos saberes construídos. Os campos dos saberes tinham a função apenas de descrever as coisas como elas se apresentam, ou seja, construir um entendimento da realidade, e não a própria realidade. Como destaca Burity (2008), Laclau inverte essa lógica; a dimensão da significação e do sentido é o que constrói a realidade, uma realidade simbólica (uma construção de sentidos) (FREITAS, 2021. p.9).

As investigações surgem, em um primeiro momento, com o objetivo de demonstrar a precariedade do Marxismo para explicar a sociedade. Para Laclau, o marxismo associa-se a uma lógica reducionista das relações sociais, na medida em que aplica em todas suas análises, independente de país, período histórico, entre outros elementos, a relação de causa e consequência do antagonismo entre Capital e Trabalho, capitalistas e operários.

O autor opõe-se ao postulado de que a sociedade estaria condicionada à divisão de classes econômicas, porque despreende a existência de uma complexidade no social, de modo que a classe não poderia ser um elemento universal. Além disso, Laclau defende a existência de uma cadeia múltipla de antagonismos possíveis, para além de classes (MENDONÇA, 2009). Então, foi a partir da crítica ao marxismo que a Teoria do Discurso se desenvolveu e ampliou seu universo analítico.

A teoria compreende o social a partir da lógica do discurso e os sujeitos a partir de identidades que não se limitam à questão econômica. Neste sentido, a formação

do social se dá por discursos, formados com a articulação de sentidos, que buscam dominar o campo de discursividade, que está sob constante conflito, uma vez que há na sociedade uma variedade de discursos.

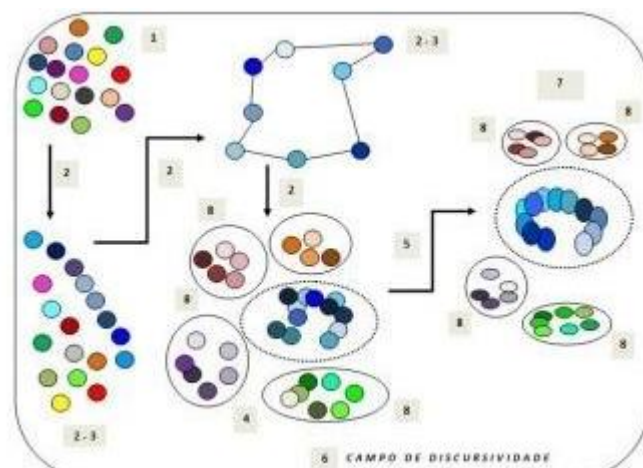
Discurso, conceito central para que se compreenda o marco teórico, é para Laclau e Mouffe mais do que um conjunto de palavras: é prática. É uma categoria que une ações e palavras e que tem materialidade. Portanto, o discurso pode incluir quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades e grupos sociais, porque o social é repleto de significados, é hermenêutico (MENDONÇA; RODRIGUES. 2014, p.49).

É entendido como produção do social e produção do ideológico, e não reflexo e nem mesmo resultado de estruturas anteriores ao próprio discurso. Além disso, segundo os autores, não há nada fora do discurso capaz de produzir sentido (FREITAS, 2019, p.2).

Sobre isso, em *A Razão Populista* (2015, [1985]), Laclau ressalta que o discurso é a única possibilidade de estruturação de fenômeno político. E para entender o discurso enquanto prática social, é necessário compreender as demais categorias centrais da teoria, sendo elas: 1) elementos; 2) articulações discursivas; 3) momentos, 4) pontos nodais, 5) antagonismo, 6) campo de discursividade e 7) hegemonia.

Abaixo, uma imagem metaforizada dos elementos, para melhor visualização de sua estrutura no marco teórico proposto e em seguida uma explicação dos fluxos ilustrados, com a denominação dessas categorias em negrito para dinamizar a leitura e garantir melhor compreensão do trabalho.

Figura 1 - Dinâmicas discursivas evidenciadas pela teoria do discurso



Fonte: Anna Cláudia Campos e Santos (2017)

Nesse sentido, como aponta Santos (2017), **Elementos (1)** são diferenças sociais que não estão articuladas em discursos, representando assim uma lógica complexa chamada lógica da diferença, na medida em que um elemento existe porque está em oposição aos outros. Se houver a **Articulação (2)** desses elementos, haverá formação de sentidos sociais e os elementos articulados se transformarão em **Momentos (3)**.

A articulação só é possível quando há **Pontos nodais (4)** para ligar os momentos. Os pontos nodais, por sua vez, são significantes vazios que podem adquirir significados diversos. Quando uma **Lógica de equivalência (5)** é constituída, ou seja, quando há articulação de momentos, ele passa a existir no **Campo da discursividade (6)**.

Quando um discurso consegue ampliar seus sentidos, ele se torna **hegemônico (7)** e a existência de um discurso hegemônico não impede, e na verdade, se torna dependente da existência de demais discursos, pelo fato de o **Antagonismo e conflito (8)** serem intrínsecos à existência do discurso (SANTOS; VICTORINO, 2019, p.3).

As diferenças entre as identidades, ou seja, entre os elementos antes dispersos, todavia, não desaparecem quando há articulação. Aliás, é inerente ao discurso haver diferenças em seu interior, na medida em que ele existe porque há demandas aglutinadas em torno do significante vazio. Desta maneira, é fundamental à compreensão da Teoria do Discurso aclarar que na totalidade discursiva, os elementos, ou seja, as demandas, são reduzidas a momentos. Em suma, o discurso só existe porque há relação entre as demandas dessas diferenças.

Sob o ponto de vista da análise ampla do discurso da eleição realizada neste trabalho, demandas antes dispersas no social, que versavam sobre os temas da segurança pública, do déficit fiscal, da corrupção, do desemprego e outros temas, que serão explorados no próximo capítulo com base na análise feita sobre os planos de governo e contexto uruguaio, constituíram elementos-momentos do discurso mais abrangente, que a Coalizão Multicolor tencionou na ocasião da corrida eleitoral ao segundo turno.

Pode-se dizer que a prática articulatória se constitui de uma quantidade de equivalências de elementos-momentos e nunca é completa, porque o social é flutuante, na medida em que é um espaço de disputas de sentido. As identidades e o social são parciais e a articulação se dá a partir de pontos nodais, que fixam sentido, ainda que parcialmente (LACLAU; MOUFFE, 1985). Na análise realizada sobre a construção discursiva da Coalizão Multicolor, por exemplo, se verá que se articulou à prática de ser antagônico à Frente Ampla elementos de uma visão liberal sobre a economia e, ao mesmo tempo, um projeto que reforçava a importância de políticas sociais para promoção de emprego e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Como afirma Mendonça (2009, p. 157), mesmo que se consiga constituir um discurso hegemônico, ele não será assim para sempre. A inexistência do fim da história, que se contrapõe à ideia revolucionária do marxismo, coloca o sujeito, enquanto produto do discurso e do resultado de contingências históricas.

Sobre democracia na Teoria do Discurso, a partir de Mouffe (2005), é possível depreender que, bem como faz com o marxismo frente seus postulados, a abordagem considera a noção liberal, representativa e deliberacionista do sistema democrático reducionista (FREITAS, 2021). Isso porque há uma racionalidade em direção ao consenso, no modelo democrático difundido, e a Teoria do Discurso, como mencionado, defende a existência de pluralidade de identidades, sentidos e diferenças no social, de modo que o conflito é intrínseco e constante à sua existência.

Deste modo,

Diferentemente de como os liberais entendem e os deliberacionistas evocam como sendo a particularidade da política democrática, a de eliminar a posição entre nós/eles e a de que essa oposição se dá entre o que é certo e errado, respectivamente, Mouffe (2005) propõe que essa relação deva ser lida de forma diferente, ou seja, nem pela sua eliminação tampouco pela sua distorção. A autora entende ser necessária uma interpretação em que a separação entre o nós/eles passe por um entendimento democrático no qual ela se estabelece. Não há como eliminar o conflito das relações humanas, mas há como produzir determinados consensos, sempre precários e contingentes (FREITAS, 2021, p. 5).

Assim, o consenso produzido na institucionalidade e seu conjunto de prática, como as eleições, podem estabelecer certa ordem ao social e, como destaca Freitas (2021), “acalmar” os antagonismos. Porém, é importante compreender, para uma leitura plena das relações sociais, que ainda quando esses processos da política (institucionalidade democrática) são respeitados, o conflito no campo da discursividade continuará existindo.

Sobre democracia na Teoria do Discurso, a partir de Mouffe (2005), é possível depreender que, bem como o é o marxismo frente seus postulados, a abordagem considera a noção liberal, representativa e deliberacionista do sistema democrático reducionista. Isso porque há uma racionalidade em direção ao consenso, no modelo democrático difundido, e a Teoria do Discurso, como mencionado, defende a existência de pluralidade de identidades, sentidos e diferenças no social, de modo que o conflito é intrínseco e constante à sua existência.

Logo, quando há a alternância partidária, ou como no caso analisado, das eleições à Presidência no Uruguai em 2019, a derrota de um partido de esquerdo que por mais de uma gestão ocupada o poder para uma coalizão que se assume no outro espectro político (direita), não ocorre, somente por isso, necessariamente uma mudança de discurso hegemônico. Dentro de um processo eleitoral acurado, a mudança partidária é comum, dentro da normalidade institucional e não rompe a estrutura social somente por existir.

Há, portanto, em termos da Teoria do Discurso, para afirmar um “giro à direita” na onda contemporânea – *trumpista*, bolsonarista, entre outros – no Uruguai, em termos de mudança política, que se analisar mais elementos que apenas a conjuntura global. É preciso depreender a produção de sentidos no recorte temporal proposto, a cadeia articulatória e os pontos nodais, que explicaremos a seguir.

A partir disso, os elementos discursivos da Coalizão Multicolor serão investigados e comparados com as características das novas direitas, apresentadas no debate teórico do primeiro capítulo, para então se responder a pergunta norteadora da dissertação: houve um discurso de uma nova direita no Uruguai?

Isto é, é possível associar o resultado das urnas em 2019, a um fenômeno novo que atinge o país? Abaixo, com finalidade de adentrar o tópico de análise após apresentar de forma contundente o marco teórico, a presente seção de dividirá nos seguintes tópicos: 3.1.1 Pontos Nodais; 3.1.2 Antagonismo e 3.1.3 Hegemonia.

3.1.1 Pontos Nodais

A organização da mencionada relação de equivalência das diferenças e articulação discursiva dá-se pelos pontos nodais. Esses, por sua vez, são pontos que fixam elementos/demandas que, até então, estavam dispersas. Passa a ser

proeminente um significante vazio que, em situação de constante empréstimo, fixam diversos significados.

Assim, o ponto nodal deflagra a organização de uma ordem discursiva hegemônica sempre momentânea, pois, como explicado acima, o social é sempre precário e contingente (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). Em termos gerais, é quando uma particularidade se esvazia e assume uma função de representatividade, aglutinando uma série de outras identidades (GARCIA, 2021, p.58).

O ponto nodal, então, pode ser definido como um elemento conseguinte do fato de que, no social, existe um movimento em que a particularidade do particular é subvertida, por sua função de representar o universal, mas também que certo particular, ao fazer de sua própria particularidade o corpo significante de uma representação universal, vem a ocupar um papel hegemônico (LACLAU, 2011, p.86)

É através do ponto nodal que o que antes estava disperso no social ganha força ao se articular. Mesmo sendo diferentes elementos, quando articulados sob um ponto nodal, eles integram um único discurso. Portanto, o social caracteriza-se por estar localizado entre tentativas de fixar significado e a inviabilidade final dessas tentativas. E se essas tentativas são bem-sucedidas, é porque certos pontos nodais surgem no discurso como significantes privilegiados.

3.1.2 Antagonismo

A noção de antagonismo também possui um vultoso valor para esta dissertação, uma vez que ele contribui para a compreensão de conflitos e de formação de identidades. Este antagonismo é percebido na negação de uma determinada ordem discursiva, e é parte fundamental na própria constituição de um determinado elemento.

E nessa noção do conceito, como destaca Lee e Francisco (2017), é possível notar uma aproximação com o modelo da linguística estrutural de Ferdinand Saussure, segundo o qual o sistema linguístico constitui um sistema de diferenças puras. No modelo, as diferenças não possuem uma base ontológica, mas puramente relacional, de modo que o valor de um determinado elemento linguístico é determinado pela sua articulação com outros elementos.

Assim,

Parafrazeando o exemplo dado por Jacques Lacan, se um sujeito que procura uma instalação sanitária vê numa porta a letra “M” ele não saberá o seu significado até que possa ver o outro termo com o qual esse significante está relacionado. Se se tratar mesmo de uma instalação sanitária é provável que na porta ao lado se encontre a letra “H” ou “F”, cada uma dessas opções fornece sentido diametralmente oposto à letra “M”, segundo o discurso arquitetônico que separa o uso dos sanitários e que reproduz o discurso da divisão de gênero (LEE; FRANCISCO, 2017, p.107).

Na Teoria Política, como Mendonça (2003, p.136) salienta, há diversas definições para o conceito de antagonismo na obra *Hegemonia e Estratégia socialista* (1985), de Laclau e Mouffe, livro que é basilar para compreender a teoria dos dois. O primeiro emprego está na oposição “povo-antigo regime”, em que o antagonismo demarca duas formas de sociedades absolutamente distintas: a “sociedade do antigo regime” em oposição à “sociedade do povo”, e em que um tem sua constituição completa impedida pelo outro.

Desse modo, o antagonismo demarca-se a linha entre o interno e o externo, a linha divisória na qual o antagonismo foi constituído na forma de dois sistemas de equivalências opostos (MENDONÇA, 2003). E a outra consideração sobre antagonismo que pode ser extraída do livro é a que caracteriza uma situação em que movimentos sociais são constituídos, para reivindicar uma demanda identitária que tem em comum, no contexto do Estado. O Estado, por sua vez, não nega a existência dos movimentos, inclusive pela questão democrática que envolve o pluralismo de identidades.

A partir disso, depreende-se que o antagonismo se associa ao que Laclau e Mouffe (2015 [1985], p. 202) postulam como impossibilidade da constituição objetiva de um discurso. Isso porque uma articulação discursiva sempre existirá a partir da negação de outro discurso, que se opõe a sua existência. Logo, o que existe no campo da discursividade é uma disputa constante entre discursos que só existem, porque se negam, mas que jamais existirão plenamente de forma definitiva, porque serão constantemente objeto de conflito.

Mais do que isso, como afirma Mendonça (2003, p. 136-137), a constituição plena de qualquer forma discursiva se dá por uma impossibilidade dupla: a impossibilidade da falta e a impossibilidade da abundância. A primeira, pelo próprio corte antagônico externo (do inimigo), pelo próprio antagonismo, e a segunda em razão da sua própria estrutura interna, em relação aos outros elementos em que se dá a articulação.

A identificação de um inimigo é, portanto, fundamental para a articulação de demandas. E esse inimigo, por sua vez, é um discurso externo que também é construído pela prática articulatória e que se quer combater, exterminar (FREITAS, 2021, p. 4). A partir dessa definição, o social pode ser compreendido por meio de vários antagonismos e, quanto mais um sistema não responder satisfatoriamente demandas sociais, isto é, quanto menos ele for capaz de conciliar as diferenças, maiores serão os pontos de antagonismos.

Na compreensão do presente trabalho, no contexto das eleições à Presidência do Uruguai em 2019 houve dois discursos antagônicos em conflito. De um lado, o discurso da Frente Ampla, com articulações de sentidos que buscavam a continuação, a permanência do projeto de esquerda em um país que historicamente se dividiu em dois partidos *catch-all* (partidos com redução acentuada de ideologia).

Por outro lado, o discurso que o negava, na medida em que era o discurso da necessidade de mudança como “saída” para o Uruguai. Ou seja, a demanda social pelo governo da Frente Ampla estaria sob ameaça por conta da possibilidade de eleição de Luis Lacalle Pou. Mas quais elementos estavam aglutinados dentro desse discurso? É possível dizer que esse bloco de oposição representou uma onda da nova direita, ou um “giro a la derecha”, no Uruguai?

Os pontos articulados entre as diferenças dos cinco partidos que se colocaram à oposição da Frente Ampla impediram a constituição plena do discurso deste, que entendemos que seria a vitória nas urnas. A análise exposta nos capítulos anteriores dos índices socioeconômicos do Uruguai, dos programas de governo dos partidos que mais expressão obtiveram no bloco da oposição (PN, PC e CA), bem como das trajetórias de seus candidatos, à luz da Teoria do Discurso, permite depreender que os pontos nodais do discurso vencedor das urnas em 2019 foram: economia, segurança pública, emprego, corrupção e inserção internacional.

Figura 2- Os elementos discursivos da direita na corrida à Presidência, em 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir da análise dos planos de governo

Analisando as trajetórias dos candidatos e os planos de governo dos partidos de direita de maior expressão em relação às eleições à presidência do Uruguai em 2019, é possível perceber que seus discursos possuem algumas diferenças, como exposto no capítulo anterior. Em determinado instante (momento do discurso), principalmente em novembro, na corrida eleitoral do segundo turno em que formaram a Coalizão Multicolor, entretanto, eles assumiram um discurso comum que os possibilitou uma identificação única.

Esse discurso comum, denomina-se ponto nodal. Isto quer dizer que, a partir de um discurso comum articulador de todas essas diferenças, pode-se afirmar que os dois partidos históricos e o recém formado Cabildo Abierto, principalmente, identificaram-se através de um ponto que versava sobre a busca por melhora dos índices econômicos, principalmente superação do déficit fiscal; medidas de endurecimento da força do Estado, para tratar da Segurança Pública; geração de empregos e redução de barreiras tarifárias ao comércio internacional.

As novas direitas como fenômeno da contemporaneidade, por outro lado, como exposto no primeiro capítulo, configuram-se pela aglutinação de demandas sociais reprimidas em pontos nodais que, com base nas definições dos autores que versaram sobre isso, consideramos que englobam: valores morais; passado mítico; ampliação do poder do Executivo sobre outros poderes; autoritarismo; anti-intelectualismo e desarticulação do Estado do bem-estar. Portanto, é possível compreender que há

diferenças no caso uruguaio, diante de outros países em que um governo de esquerda foi derrotado por agremiação que se coloca à direita politicamente.

3.1.3 Hegemonia

Conforme a teoria *laclauiana*, o processo de consolidação de uma ordem hegemônica tem início em um discurso específico que passa a representar discursos ou identidades dispersas no social. A organização desta ordem hegemônica decorre sobre um ponto nodal que fixa seu sentido, através da articulação, precária e contingente, de elementos que não estavam articulados.

Essa equivalência articulatória, conforme Laclau, subverte a diferença, de modo que se firme uma identidade. Portanto, a hegemonia representa o processo em que uma particularidade assume um sentido universal, uma vez que discursos diferentes se articulam sobre um significante vazio.

Junto à noção de hegemonia, está o conceito de significante vazio, que Ernesto Laclau postula no livro *Emancipação e Diferença* (2011 [1996]). Conforme o autor, um significante vazio é “um significante sem significado” (LACLAU, 2011, p. 65), de modo que representa uma plenitude ausente, do que constitui o universal.

Logo, é vazio porque se origina de uma particularidade que se esvazia, a fim de representar diversas outras demandas em torno de um único significado. Podemos tomar como exemplo,

a noção de “povo” em um discurso populista, onde o sujeito populista constrói a noção de povo articulando inúmeros elementos, resultando um esvaziamento de seus significados, e assumindo uma função de representação daquele determinado discurso. Existe a necessidade de haver uma impossibilidade estrutural, e a interrupção da estrutura – estes só acontecem com a presença do antagonismo que limita e ao mesmo tempo possibilita o sistema discursivo – para o significante vazio (GARCIA, 2021, p.58).

Os limites que delimitam um discurso tornam possível o significante vazio, porque aquilo que está além da linha excludente é negativo, e dessa forma as diferenças são canceladas e se articulam em torno de um mesmo ponto nodal. E essa significação atinge o vazio, a homogeneização e, assim, assemelha-se à definição de Hegemonia, de modo que os dois conceitos se entrelaçam.

A hegemonia é o processo de representação que gera o vazio. O significante vazio é o próprio vazio, o ser hegemônico, o ôntico que assume função ontológica, o ente que assume a função de ser (GARCIA, 2021, p. 58).

Assim, hegemonia é um discurso em que há a presença de uma unidade, a partir de uma aglutinação de diferenças sistematizadas (MAGALHÃES, 2021, p.42). Dentro disso, é preciso analisar a particularidade dos elementos discursivos dos partidos de direita no Uruguai, em 2019.

Conforme análises descritas nas páginas anteriores, sem dúvida, é possível depreender um discurso hegemônico de renovação política do país, atravessado por uma visão de mundo uniforme na política institucional uruguaia, de buscar por um Estado de Bem-Estar Social, de respeito aos Direitos Humanos e tratados internacionais e de políticas privatistas da máquina pública.

Na corrida eleitoral, esse discurso buscou uma fixação a um sentido, com o objetivo de organizar e, de certo modo, regimentar os sujeitos (MAGALHÃES, 2021). E, assim, a prática articulatória estabelece uma ordem, e é fundamental analisar esse processo. É importante analisar, portanto, qual foi o discurso hegemônico da equivalência discursiva da direita uruguaia, no contexto apontado.

Conforme Mendonça e Rodrigues (2014), hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, em um determinado contexto histórico, passa a representar, a partir de uma relação de equivalência, múltiplos elementos. Se considerarmos as identidades que se sentiram representadas pela pauta da ordem opositora à Frente Ampla, é possível compreender como os apelos ao enxugamento da máquina pública e de auditorias nos órgãos públicos, por exemplo, articularam identidades em oposição a outras – como o caso do *Cabildo Abierto*, que era constantemente rechaçado pelo Partido Nacional que, no segundo turno, se juntou a ele.

Dessa forma, é possível compreender como, no contexto histórico-discursivo das eleições de 2019, o discurso dos partidos mais tradicionais do Uruguai, sendo eles Partido Nacional e Partido Colorado, à luz de redução do papel do Estado, mas garantia democrática dos Direitos Humanos, passa a representar uma lógica de equivalência (MENDONÇA, p. 159, 2009).

3.2 Análise

Apresentado o marco teórico e suas principais definições, bem como associados esses conceitos aos objetos de análise dos capítulos anteriores, a presente seção pretende relacionar explorar os elementos e suas relações, para,

enfim, responder a pergunta que norteia o trabalho. Na análise de conteúdo dos programas de governo do Partido Nacional, Partido Colorado, Cabildo Abierto e o documento da Coalizão Multicolor, foram lidas e examinadas cerca de 640 páginas, totalizando aproximadamente 229 mil palavras.

Analisando comparativamente suas prioridades como metas de governo, os principais problemas que apontavam na condução do país pela Frente Ampla e seus valores e prioridades para com a sociedade, conclui-se que no Uruguai, nas eleições presidenciais de 2019, havia importantes margens de consenso, mais do que dispersão de elementos e diferenças entre os partidos.

Mesmo com um consenso contundente entre o bloco de oposição à Frente Ampla, quando se realiza uma análise mais profunda de cada uma das medidas por tópicos (Economia, Emprego, Educação, por exemplo), é possível observar algumas variações importantes entre elas. Inclusive, o programa de governo do Cabildo Abierto apresenta alguns pontos de intersecção com algumas das principais propostas da Frente Ampla em sua campanha para reeleição, como políticas contra violência de gênero.

Para fazer fomentar ainda mais a análise comparativa proposta dentro do presente tópico, foi lido o plano de governo da Frente Ampla, também pelo fato de que há intenção de ampliar a pesquisa, futuramente, à análise dos antagonismos dos blocos partidários uruguaios.

Percebeu-se que no programa de governo da Frente Ampla há palavras que não são muito exploradas nos demais e parecem fortemente no plano da FA. As três principais desse caso são: base; esquerda e gênero. Percebe-se que as agendas de trabalhar base de movimentos sociais, de levantar a bandeira da ideologia partidária e de tratar a inclusão de gênero foi, portanto, um grupo de elementos que diferenciou o programa de governo *frenteamplista* dos da oposição.

Porém, houve mais sintonia do que discrepância dos temas entre os documentos dos diferentes partidos. Tanto Partido Nacional, Partido Colorado, Cabildo Abierto e Coalizão Multicolor enfatizaram os temas da segurança pública e da competitividade econômica. Os partidos de oposição, por sua vez, trataram mais em seus programas de economia do que a Frente Ampla.

Em relação ao movimento da nova direita, que, como destaca Mouk (2019), caracteriza-se por uma rápida ascensão de déspotas que afirmam serem os únicos

capazes de evocar a vontade do povo, percebe-se que, enquanto onda que atingiu alguns países inclusive da mesma região, não atingiu o Uruguai. O país permanece dividido praticamente pela metade, e ainda assim com diferenças mínimas que quase não levaram o segundo turno a um resultado determinante, em dois blocos de centro-esquerda e de centro-direita (QUEIROLO, 2020).

Como discorrido, até 1971 o Uruguai contou com um sistema bipartidário, dividindo-se entre Partido Nacional e Partido Colorado, de forma que os dois recebiam 90% dos votos. Foi a aparição da Frente Ampla, na década de 1970, que começou a apontar para o multipartidarismo, mas mesmo este partido originou-se por parte considerável de dissidentes das duas agremiações tradicionais.

A eleição de 2019, portanto, foi um marco não só pela derrota de um governo de quinze anos da esquerda, mas por ter aumentado o número efetivo de partidos no sistema, rompendo com o equilíbrio já histórico entre PN, PC e FA, que já existia desde 2004, quando Tabaré Vázquez foi o primeiro candidato *frenteamplista* eleito presidente. A porcentagem de 11,5% do Cabildo Abierto fomentou isso, uma vez que desde o surgimento da Frente Ampla até então nenhum partido novo que concorria ao pleito recebia mais do que 10% dos votos.

Tal realidade reflete o que se mencionou ao longo do trabalho, sobre a estabilidade partidária do Uruguai, que o leva a ser considerado uma partidocracia. Embora o programa e os elementos identitários do CA tenham destoado do perfil da direita uruguaia, assemelhando-se em alguns pontos, como a pauta conservadora de valores e direitos sociais das novas direitas tratadas por Mouk, quando este inseriu-se na Coalizão Multicolor, no segundo turno, assinou um documento em que essas suas pautas caíam.

Inclusive, um documento que traz expressamente o compromisso de continuação e fortalecimento das buscas pelos desaparecidos na Ditadura Militar uruguaia, com a qual o candidato do Cabildo, Guido Manini, identificou-se várias vezes, defendendo os militares envolvidos no regime autoritário.

Observando a questão dos elementos que identificam um discurso das novas direitas, sob a ótica da Teoria do Discurso, pode-se dizer que não houve essa ascensão direitista no Uruguai, porque o antagonismo de ideologias que qualifica suas eleições em 2019 é, em suma, o mesmo desde 2004. As razões principais de descontentamento dos uruguaios, enquanto demandas reprimidas, no cenário que

antevia as eleições de 2019 eram a insegurança pública, o desemprego e o estado da educação.

E a insegurança pública, por sua vez, que era a principal das demandas, já faz parte do rol de principais protestos da agenda pública uruguaia desde 2008, mas ganhou força em 2019 principalmente pelo mencionado plebiscito do pacote “Vivir sin miedo”, do político blanco Jorge Larrañaga, que acabou ganhando os holofotes da imprensa. Além disso, o que mais foi decisivo para essa pauta ganhar força e, sobretudo, para a derrota da Frente Ampla foram os índices econômicos.

Em 2014 esse fator não impediu a vitória da Frente Ampla, porque a economia estava melhor do que em 2019, embora o crescimento de 3,5% tenha sido apontado como abaixo da média do país pela imprensa, à época. Em 2019, entretanto, as lacunas da segurança pública somaram-se ao desemprego e insatisfação crescente com a economia. Mas, em geral, todas as demandas da oposição que ganharam força em 2019 já existiam anteriormente, de modo que os elementos discursivos de oposição à Frente Ampla não deram uma guinada à nova onda de direita.

Embora tenha crescido a desconfiança política no Uruguai, associada, por Castells, à causa das novas direitas, não foi isso que ditou o antagonismo entre os dois principais blocos concorrentes. Assim, nas eleições uruguaias em 2019, a disputa discursiva foi marcada pela busca de uma ordem hegemônica de centro-direita, com base em premissas tradicionais dos partidos Colorado e Blanco, investida pela celebração da Coalizão Multicolor no segundo turno.

Essa ideia de ameaça à democracia e surgimento de uma direita disruptiva, na esteira de Trump e demais casos mencionados nos capítulos anteriores, foi construída a partir de uma particularidade do universo do Cabildo Abierto, que isoladamente não teve seus pontos particulares relevantes no desfecho do segundo turno. Todavia, não se descarta sua importância, sua singularidade, se comparada a trajetória de formação do partido à história de estabilidade partidária e ideológica uruguaia. Possivelmente, será um ator novamente em destaque nas próximas eleições do Uruguai, em 2024.

Considerações finais

A partir da perspectiva de que é fundamental analisar as construções sociais contingentes e temporárias de cada país, a presente dissertação propôs uma análise minuciosa da política uruguaia na contemporaneidade, partindo do recorte das eleições à presidência em 2019. Isso feito, tendo como norte o pressuposto de que a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é disruptiva na Ciência Política e, relativamente, jovem na produção acadêmica no rol pós-estruturalista, principalmente sob cenários sul-americanos, do mesmo modo que é um importante marco teórico para se escapar de análises universalizantes.

Em relação à República Oriental do Uruguai urge ainda mais a importância de uma análise particular sobre seus elementos discursivos, uma vez que o país tem um sistema político singular por diversos fatores, principalmente se comparado à sua região. Conta com partidos formados ao mesmo contexto de sua formação enquanto Estado como umas das principais forças partidárias, bem como existe um consenso entre a população e a classe política sobre a importância dos preceitos do Estado de Bem-Estar Social, que no país foi implementado por José Battle y Ordoñez nas primeiras décadas do século XX.

Conforme visto no início desta pesquisa, a democracia liberal, tal como hegemônica enquanto modelo político no Ocidente, passa por uma crise. Isto se deve muito à crescente desconfiança das pessoas em relação às instituições, seja porque o modelo forja um consenso superficial e, por isso, insustentável na sociedade intrinsecamente conflituosa (Mouffe), seja como resultado da crise financeira global deflagrada em 2008 (Castells). Como resultado, uma série de demandas reprimidas ganham força em identidades conservadoras, autoritárias e anti-globalistas – as ditas novas direitas, extremas e comparadas a um neofascismo, como se apontou no primeiro capítulo.

E, uma vez que o resultado das eleições presidenciais do Uruguai em 2019 marcou a derrota da esquerda e vitória de uma coalizão de centro-direita, muito se falou do contexto como reflexo da onda das novas direitas no país. Porém, a diferença pequena entre os dois partidos em disputa no segundo turno, a similaridade das propostas dos planos de governo da Frente Ampla e do documento Compromiso por el País (Coalizão Multicolor), levaram à pergunta que foi o problema norteador do trabalho: houve um discurso de uma nova direita no Uruguai de 2019?

Para investigar os elementos discursivos dos partidos de oposição à FA que tiveram maior expressividade nas urnas, realizou-se uma análise de conteúdo do processo de candidatura de seus candidatos, como principais aspectos de suas carreiras políticas, e seus planos de governo, uma vez que são documentos oficiais, solicitados pela Corte Eleitoral do Uruguai, e, portanto, dotados de credibilidade necessária à exatidão que a pesquisa exigia.

Primeiramente, sob o ponto de vista da trajetória dos partidos políticos de direita, assunto tratado no segundo capítulo, viu-se que os partidos mantiveram uma uniformidade a respeito de suas principais propostas, sendo elas para economia, superação do desemprego, Segurança Pública e ampliação da inserção comercial internacional do Uruguai. Naturalmente, a ideia de mudança também os acompanhou em toda sua construção discursiva como bloco de oposição.

A exemplo disto, destaca-se aqui a participação do Partido Colorado e do Cabildo Abierto na mesma coalizão, mesmo o candidato colorado Ernesto Talvi se pronunciando por diversas vezes, na corrida eleitoral ao primeiro turno, contra o Cabildo, principalmente contra a figura do candidato Guido Manini Ríos.

A hegemonia de discurso da direita uruguia em 2019, nas eleições à presidência, era, portanto, caracterizada pelo *Battlismo* histórico do país, na medida em que apontava a continuação de políticas sociais, mas com abertura comercial e privatização da máquina pública. Para compreender isso, apresentar a trajetória de formação política do Uruguai foi importante, bem como do contexto global em 2019.

E ambos apontaram um contraste: enquanto, no Uruguai historicamente há estabilidade do sistema representativo, o mundo contemporâneo suscita rugas da democracia liberal, justamente pela crescente desconfiança política. Seria, então, a vitória do Partido Nacional sobre a Frente Ampla, em novembro de 2019, a grande ruptura discursiva na história da democracia no Uruguai?

Comprovou-se justamente que não, na medida em que os mesmos dois discursos que se antagonizam desde 2004 estiveram em disputa: o da centro-direita e o da centro-esquerda. Dois discursos que negam a existência um do outro por elementos associados à economia e à condução do comércio internacional (protecionismo versus abertura tarifária), mas não no tocante aos Direitos Humanos ou sociais, em que se baseiam as novas direitas.

Nesse sentido, a abordagem pós-estruturalista adotada, a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, permitiu compreender como ocorreu de

fato a construção discursiva de direita, mas não se observou no processo articulatório os elementos descritos na base da nova onda.

O que cabe aqui concluir é, pois, concluir que a metodologia utilizada para analisar o discurso da direita no recorte da pesquisa trouxe elementos qualitativos para a análise de conteúdo. Com a provocação de compreender um processo político para além de teorias universalizantes, fortes no *mainstream* da Ciência Política, a pesquisa demonstrou um caráter singular do Uruguai, que é sua qualidade democrática. E aqui ainda cabe destacar que poucas vezes o tema dos Direitos Humanos esteve tão presente na agenda eleitoral nacional dos partidos de direita do país.

E, sobre isso, considera-se importante que outras pesquisas sigam esse caminho e que busquem explorar como o debate político será conduzido após o aparecimento do *Cabildo Abierto*, que embora não tenha fomentado a hegemonia discursiva da direita, é, sim, um aspecto atípico da história uruguaia.

Referências

Actividad, Empleo y Desempleo (ECH) Anual, cuarto trimestre y Diciembre 2019. Disponível em: <<https://www.gub.uy/instituto-nacional-estadistica/comunicacion/publicaciones/actividad-empleo-desempleo-ech-anual-cuarto-trimestre-diciembre-2019#:~:text=Instituto%20Nacional%20de%20Estad%C3%ADstica>>. Acesso em: 12/08/2022.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo Felix & SANTOS, Fabiano. 2004. **Governabilidade e representação política na América do Sul.** Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Unesp.

ANSALDI, Waldo. Arregladitas como para ir de boda, nuevo ropaje para las viejas derechas. **Theomai**, n. 35, p. 22–51, 2017. Disponível em: <http://revistatheomai.unq.edu.ar/NUMERO_35/2>. Acesso em: 20/07/2020.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina, la construcción del orden: de las sociedades de masas a las sociedades en proceso de reestructuración.** Buenos Aires: Ariel, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIANCHI, Alvaro. “Donald Trump é fascista?”. In: Almeida, Ronaldo de; Toniol, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

BIANCHI, Álvaro. Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial. **Revista Outubro**, nº 8, 2003.

BARRETO, A. A. DE B. Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 285–317, abr. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qzy5NGCRs5gKn63TTKQXtnL>>. Acesso em: 20/06/2022.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp. 51-68.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71.

_____. A nova esquerda: uma visão a partir do Sul. **Revista de Filosofia Política: Nova Série**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia, v. 6, 2000, pp. 46-52.

_____. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45.

BUQUET, D.; CHASQUETTI, D. La Democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso. **Política**, n. 42, p. 221-247, 2004. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/645/64504211.pdf>>. Acesso em: 05/09/2021.

CAETANO, G; RILLA, J. **Pasado y presente de nuestro sistema de partidos**. Montevideo, Uruguay:Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

CAETANO, G.; SELIOS, L.; NIETO, E. Descontentos y “cisnes negros”: las elecciones en Uruguay en 2019. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v. 21, n. 42, p. 277–311, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/282/28264997012/>>. Acesso em: 20/03/2022.

CABILDO ABIERTO. **Compromiso del Partido Cabildo Abierto con Uruguay y su gente**. Montevideú. 2019. Disponível em: <https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/programas_gobierno_2015_2020/~8017/programa-de-gobierno-cabildo-abierto>. Acesso em: 02/09/2021.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**, Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

CASTRO, R. E. DE. A estabilidade da democracia e a cultura política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 96, 3 set. 2021. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/149>>. Acesso em: 10/03/2022.

CHOMSKY, Noam A. **O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

COALICIÓN MULTICOLOR. **Compromiso por el país**. Montevideú. 2019. Disponível: <<https://lacallepou.uy/compromiso.pdf>>. Acesso em 10/05/2022.

COLOMBO, Sylvia. Economista aposta em renovação de partido tradicional uruguaio para vencer eleições. **Folha de São Paulo**, 09 out. 2019. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/economista-aposta-em-renovacao-de-partido-tradicional-uruguaio-para-vencer-eleicoes.shtml>>. Acesso em: 18/09/2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Echalar, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. 647

DECRESCI, S. O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 4, p. 48–62, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7114>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ESTOP, Juan. **Notas sobre el fascismo del siglo XXI**. Chile, 2019, Actuel Marx n.27, p. 121-139.

FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREITAS, F. C. DE. A POLÍTICA COMO ANTAGONISMO: a irredutibilidade do conflito político. **Caderno CRH**, v. 34, p. 01-24, 1 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qzy5NGCRs5gKn63TTKQXtnL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05/09/2022.

HOCHSCHILD, A. **Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right**. Nova York: The New Press, 2016.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KIRCHHEIMER, O. Notes on the Political Scene in Western Germany. **World Politics**, Reino Unido, 1954.

LACLAU, E. **La razón populista**. 1ª ed. 6ª reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2004.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAGALHÃES, Simone Beatriz Lopes da Silva. **“Não se sabe se é opção, se nasceu assim”**: A influência discursiva de Jair Bolsonaro sobre a Sexualidade no debate político de 2018. 2021. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

MARTUSCELLI, D. Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 41–60, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/88>>. Acesso em: 15/01/2023.

MANN, Michael. **O império da incoerência**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MENDONÇA, D. A Crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. **Simbiótica, Vitória**, v. 6, n. 2, p. 31-50, 2019a. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28401>>. Acesso em: 10/06/2022.

MENDONÇA, D. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 185-201, 2019b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mxKVy3NfC9cXMvNy3TfdrBj/?lang=pt#>>. Acesso em: 18/09/2021.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. (org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 1ª edição [2008]. Porto Alegre: EDPUC, 2014. p. 27-45.

MENDONÇA, Daniel de. **Uma (Breve) Introdução ao Pensamento Pós-Estruturalista**. PARALELO 31, v. 1, p. 150-162, 2020.

MENDONÇA, D.; VIEIRA JUNIOR, R. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13, p. 107-136, 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tZJvsLYfdNvBk78bpcG9h6w/abstract/?lang=pt>>.
Acesso em: 10/06/2022

MENDONÇA, D.; LINHARES, B.; BARROS, S. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 41, p. 164-194, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/GpLq6D6Pc8KLSNkqhtyHL8b/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05/03/2023.

MENDONÇA, Daniel de. A NOÇÃO DE ANTAGONISMO NA CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, p. 135-145, jun. 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3637>>. Acesso em: 15 set. 2020.

MIGUEL, L. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 92, p. 13-43, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/hg4h433nN5rFFLRwxzLNXMn/?format=pdf & lang=pt>>. Acesso em: 20/09/2020.

MIGUEL, L. F. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 8–20, 31 ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/36261>> . Acesso em: 10/02/2023.

MOREIRA, Constanza. Final de Juego. **Del Bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay**. Montevideo, Ediciones Trilce, 2004

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**. 1ª edição [1993]. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. **La paradoja democrática**. 1ª edição [2000]. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k5cVRT5zZcDBcYpDCTxTMPc/>>. Acesso em: 02/09/2020,

_____. **Agonistics: thinking the world politically**. London: Verso, 2013.

_____. **Sobre o político**. 1ª edição [2005]. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAHUM, B. **Breve Historia del Uruguay Independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

NAHUM, B. **Manual de Historia del Uruguay: 1903-2000**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004. t. 2.

NEVES, Leonardo. **O Uruguai e o Mercosul: governo e atores domésticos**. 2008. 155 f. Dissertação (Pós-graduação em Relações Internacionais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PARTIDO COLORADO. **Un Pequeño País Modelo**. Montevideú. 2019. Disponível em:
<https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/programas_gobierno_2015_2020>.
Acesso em: 10/09/2020.

PARTIDO NACIONAL. **Programa de Gobierno 2019**. Montevideú. 2019. Disponível em:<https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/programas_gobierno_2015_2020>.
Acesso em: 02/09/2020.

REYES, Ignacio. Vázquez vs. Lacalle: la disputa por Uruguay después de Mujica. **BBC**, 27 out. 2014. Mundo. Disponível em:<https://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/10/141026_uruguay_elecciones_segunda_vuelta_tabare_lacalle_irm>. Acesso em: 06/09/202.

ROCHA, Arlindo Carvalho. A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 901-926, 2013.

ROSANVALLON, P. **La Contrademocracia**, Manantial, BSAS, 2007

RUEDIGER, Marco Aurélio (Coord.). **Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. 28 p.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANAHUJA, José; LÓPEZ, Camilo. **La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional**. *Conjuntura Austral*, v. 11, n.55, 2020 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/106956/58612>. Acesso em: 10/11/2022

SANTOS, A. C. C. e. **A institucionalização da cidadania no meio rural brasileiro pós-88**: uma análise a partir do campo discursivo em torno do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). 2017. 186f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.

SLAPIN, J. B.; PROKSCH, S.-O. A Scaling Model for Estimating Time-Series Party Positions from Texts. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 3, p. 705–722, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25193842>>. Acesso em: 20/06/2022.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, v. 6, p. 149–162, 8 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>>. Acesso em: 10/09/2020.

SIMIONATTO, I. **Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil**. In: CASTRO, A. T. B.; NEVES, A. V. *Sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica*. Brasília: UNB, 2012. p. 33-58.

SORAVILLA, Santiago. Talvi y Sanguinetti apuntan hacia Manini alertando sobre la "fragmentación" del sistema. **El Observador**, 14 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.elobservador.com.uy/nota/talvi-y-sanguinetti-apuntan-hacia-manini-alertando-sobre-la-fragmentacion-del-sistema-2019813175528>>. Acesso em: 10/11/2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: LPM, 2018.

TANDOC, E. C.; JENKINS, J.; CRAFT, S. Fake News as a Critical Incident in Journalism. **Journalism Practice**, v. 13, n. 6, p. 673–689, 30 dez. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **El imperio del capital**. Madrid: El Viejo Topo, 2003.

ŽIŽEK, S. **Primeiro, como tragédia, depois como farsa**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, S. **Problema no paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.